



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 166 - SEXTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Shessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PSDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando (Vago)</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB (Vago) (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata (Vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (Vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p>	<p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (Vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (Vago) Flexa Ribeiro</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (Vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.004 , DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 351, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC, a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.005, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.006, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizeses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 218, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizeses a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.007, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.570, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.008, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 23 de maio de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.009, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 726, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.010, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.811, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.011, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de dezembro de 2004, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 23 de março de 2002, a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 179ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Arquivamento definitivo, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001 (nº 550/99, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras. 35058

Término do prazo, no dia 11 de outubro do corrente, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul. 35058

Deferimento do Requerimento nº 1.128, de 2005, do Senador Heráclito Fortes, lido na sessão do dia 10 último. 35058

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 43, de 2005-CN (nº 1.814/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 855/2005 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à Auditoria realizada nas obras do Programa de Trabalho 26.783.022.3444.0022 – Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina/PI (TC nº 005.208/2005-3). 35058

1.2.3 – Ofício

Nº 368/2005, de 10 do corrente, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 35058

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Necessidade de melhores condições para os professores. Defesa do desarmamento no referendo de

23 de outubro próximo. Apoio ao fim do nepotismo em todos os poderes da União. 35059

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Resultados da reunião extraordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Buenos Aires, Argentina, no dia 11 de outubro último. 35063

SENADORA *IRIS DE ARAÚJO* – Polêmica em torno do tema do desarmamento. 35064

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem de pesar pelo falecimento do poeta gaúcho Luiz Menezes. Participação de S. Ex^a, hoje, em Anápolis/GO, no Congresso da COBAP. Comemoração, ontem, do Dia da Nossa Senhora da Conceição Aparecida. . 35066

SENADOR *ALVARO DIAS* – Encaminhamento de requerimentos de informações aos Ministros da Casa Civil e do Planejamento e Orçamento, solicitando uma relação dos detentores de cargos de confiança no governo federal. Foco de febre aftosa no gado em Mato Grosso do Sul. 35068

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.132, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 35072

Nº 1.133, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando à Ministra de Estado da Casa Civil as informações que menciona. 35072

1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *TIÃO VIANA* – Decisão da Organização Mundial de Saúde (OMS), de promover a Semana Mundial da Alimentação Saudável. 35073

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Qualidade da oposição no Senado Federal. Considerações sobre o Programa Primeiro Emprego. Morte do legista Carlos Delmonte, autor de laudo sobre a morte de Celso Daniel. Aprovação, no Senado Federal, da Medida Provisória nº 252, de 2005. 35076

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Considerações sobre o referendo acerca da comercialização de arma de fogo e munição no país, a realizar-se no próximo dia 23 de outubro. 35080

SENADOR VALDIR RAUPP – Comentários a reportagem da revista **Veja** sobre o meio ambiente, publicada nesta semana..... 35086

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Participação de S. Ex^a em audiência pública, em Cruz das Almas – BA, sobre a Convenção-Quadro a respeito do fumo. Morte do legista Carlos Delmonte, autor de laudo sobre a morte de Celso Daniel. Contingenciamento de recursos pelo governo federal. 35089

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “Fundo denuncia tentativa de desvio do PT”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição do dia 27 de setembro do corrente. 35092

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários à matéria intitulada “TCU encontra fundo de mais de R\$ 2bi retido pela Fazenda”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição do dia 12 de outubro do corrente. 35094

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Alvaro Dias, proferido no dia 11 de outubro de 2005..... 35095

3 – EMENDA

Republicação da Emenda nº 19, apresentada à Medida Provisória nº 261, de 2005..... 35101

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Extrato de Ata da 9ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2005..... 35103

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 179ª Sessão Não Deliberativa, 13 de outubro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana e da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001** (nº 550, de 1999, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, elevando a alíquota do Imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se, no dia 11 de outubro do corrente, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na Cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere o **Requerimento nº 1.128, de 2005**, do Senador Heráclito Fortes, lido na sessão do dia 10 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 43, de 2005 – CN (nº 1.814-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 855, de 2005-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras do Programa de Trabalho 26.783.022.3444.0022 – Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina/PI (TC nº 005.208/2005-3).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 368-PDT

Brasília, 10 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Álvaro Dias, como TITULAR, em substituição ao Deputado Luiz Piauhyllino que passa à condição de SUPLENTE, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Deputado **Severiano Alves**, – Líder do PDT

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe de até 15 minutos.

A seguir, falará a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar sobre os dois assuntos de que tratarei hoje – referendo e nepotismo –, eu queria dirigir algumas palavras aos professores de todo o Brasil, especialmente aos do meu Estado, Mato Grosso.

Durante 26 anos fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso. Fui Secretária de Educação e Cultura de Mato Grosso durante 1 ano e 3 meses, há mais de 15 anos, quando ficou bastante claro para mim que é possível oferecer educação de qualidade com determinação, com vontade política e com a participação daqueles que lidam com educação no dia-a-dia.

Naquela época, apesar de ter ficado na Secretaria de Educação apenas um ano, conseguimos que o Estado de Mato Grosso tivesse o terceiro maior salário do Brasil. Também conseguimos iniciar um processo de democratização das relações de poder, tanto na Secretaria quanto na escola. Acredito que é praticando a democracia que vamos aprofundá-la cada vez mais. A escola é um canal fundamental, onde as nossas crianças, os nossos jovens junto com os educadores, especialmente, com as educadoras, têm essa oportunidade.

Entretanto, para isso, precisamos ter alguns princípios maiores, como a universalização do acesso – todos devem ter acesso à educação –; a profissionalização – os profissionais da educação têm de ser profissionalizados, como eles merecem e desejam –; e, finalmente, condições dignas de trabalho, que envolvem a questão salarial.

Essa história de educador só por ideal não é possível. É claro, que todos nós temos vocações, mas precisamos, e queremos, ser profissionais de verdade na área da educação, profissionais que merecem salários dignos, condições dignas de trabalho. O Dia do Professor deve ser um dia de reflexão para as autoridades.

Como Secretária de Estado, junto com toda minha equipe demonstramos que é possível, sim, oferecer educação de qualidade para todos.

Nossa saudação muito especial aos nossos educadores, especialmente às educadoras do meu Estado, Mato Grosso, e a todos os educadores e educadoras do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no referendo, do próximo dia 23, com relação a desarmamento, eu votarei “sim”. Voto “sim”. Voto pela vida. Voto sem ilusões, sabendo dos limites do desarmamento que está sendo proposto. É um desarmamento com o qual se espera reduzir de forma expressiva aqueles arsenais domésticos de forma a diminuir os homicídios que acontecem nos pequenos conflitos que se multipli-

cam por todos os rincões do Brasil nas mais diversas classes sociais.

Que conflitos são esses? Os conflitos mais rotineiros, as brigas domésticas, as desavenças entre vizinhos, as desavenças no trânsito, os confrontos durante as bebedeiras nos botequins da vida, os conflitos passionais. Esses conflitos, tenho certeza, serão bastante atenuados com o desarmamento da população. O desarmamento vai reduzir, também, a possibilidade de acidentes em residências onde existam crianças e pessoas idosas, naturalmente desprotegidas, que, muitas vezes, são vitimadas por tiros com os quais não contavam. Entendo que são esses problemas que o desarmamento vai enfrentar de forma decisiva.

Como disse, não tenho ilusões quanto ao que se propõe nesse referendo. Não será com o simples desarmamento proposto que se vai acabar com a violência em nosso País. Essa será uma medida que pouca eficiência terá no combate às gangues, aos traficantes, á máfia e às quadrilhas que assaltam as residências de nosso povo e praticam toda sorte de barbaridade tomada por um ímpeto anti-social.

Para enfrentar o crime organizado, é claro que se fazem necessárias medidas de maior contundência. O Estado brasileiro, em suas diversas instâncias, precisa se aparelhar, se aparelhar melhor para enfrentar essa grave questão que acompanha o ser humano desde os primórdios.

Só que não posso perder a oportunidade de contribuir para que os acidentes e os crimes de paixão, os crimes do trânsito, os crimes provocados por pequenas desavenças sejam reduzidos.

Voto “sim”, sim, no referendo, só que não posso perder a oportunidade de contribuir, mais uma vez, como eu disse, para que diminuam realmente os crimes provocados pelo que nós chamamos de pequenas desavenças.

É por isso, mais uma vez repito, que voto “sim”. Voto “sim” pensando nos milhares e milhares de mulheres, por exemplo, que já tombaram como vítimas de ciúmes desesperados de seus namorados, maridos, enfim, homens que se julgavam donos de suas vidas.

E é por isso, basicamente, que digo “sim” ao desarmamento, que digo “sim” à vida. O referendo, no dia 23 de outubro, contará, com certeza, com o meu voto “sim”. Espero que, pela paz, a maioria, neste País, vote “sim”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, já tive oportunidade de tratar por diversas, nesta tribuna, de uma questão que acho da maior relevância em nosso País, que é o nepotismo. É vergonhoso constatar, com o perdão da palavra, a “parentalha” que se instalou no serviço público, tanto no Executivo, quanto no

Legislativo, quanto no Judiciário. Isso é um absurdo, eu diria que é uma vergonha.

Fui Deputada no meu Estado do Mato Grosso durante doze anos e, em todas as três legislaturas de que participei, apresentei projeto de lei tentando derubar a prática do nepotismo, evitar o pagamento de jetom de serviço extraordinário. Nunca aceitei receber pagamento de serviço extraordinário seja durante os doze anos em que exerci o mandato de Deputada Estadual, seja durante os três anos como Senadora. Nunca recebi jetom!

Apresentei projeto para acabar com o jetom no Senado Federal e fiz diversos pronunciamentos contra a contratação de parentes em cargos comissionados e de confiança. Ninguém chega ao Parlamento, ninguém chega ao Poder Maior do Executivo ou a qualquer instância de Poder, nem ao Judiciário, para levar os parentes para lá. O espaço nesses Poderes é para ser ocupado pelos profissionais de carreira, concursados, pelas pessoas da sociedade que realmente se dedicam, que estudam e que se preparam para exercer com competência, não para canalizar para os parentes, colocando-os para ocupar esses cargos. Parente pode disputar cargo público, sim, mas fazendo concurso, de igual para igual, com os filhos do povo como um todo, e não se aproveitando dos poderes estabelecidos a alguém que conquista o Poder para conquistar um emprego. Quem tem competência se estabelece, não tem que ter parente para chegar a determinado cargo, tirando a oportunidade daqueles que têm competência para conquistar um espaço com dignidade e para realmente trabalhar no serviço público.

Em Mato Grosso, como disse aqui, tentei acabar, nos meus três mandatos, com essa prática do nepotismo tanto no Judiciário quanto no Legislativo e no Executivo. Infelizmente, não consegui, Sr. Presidente, mas fiz um apelo para que houvesse vigília constante, mobilização permanente da população para que ocorresse o fim do nepotismo em todos os Poderes.

O que acontece no Judiciário é vergonhoso, porque, como já disse outras vezes, em se tratando dos Parlamentos, em qualquer instância, e dos Executivos, o povo pode julgar de quatro em quatro anos ou de oito em oito anos aqueles que estão cometendo arbitrariedades e irregularidades no exercício de seus mandatos. Todavia, em relação ao Judiciário, o povo nada pode fazer. E o Judiciário é o maior antro de nepotismo neste País. A maior vergonha no Brasil é o nepotismo existente na maior parte do Judiciário, em todas as suas instâncias.

Mas valeu o nosso apelo. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu pedir o fim do nepotismo no Poder Judiciário.

Senador que preside esta sessão, Tião Viana, aprovamos, por ocasião da reforma do Judiciário, a criação do Conselho Nacional de Justiça. Avaliamos, Senadora Iris Araújo, conselheiro por conselheiro. Sou titular da Comissão de Constituição e Justiça aqui do Senado. Avaliamos um por um dos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça. Mas valeu. Está valendo. O CNJ foi recentemente instalado e já decidiu pedir o fim do nepotismo no Poder Judiciário, com a demissão de todos os parentes até terceiro grau de magistrados em cargos de confiança.

O pedido foi encaminhado pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), que solicitava inicialmente a demissão de todos os parentes de juízes da Justiça do Trabalho. O Conselho Nacional de Justiça, no entanto, decidiu estender a decisão para todo o Judiciário, e tem todo o nosso apoio.

A Associação queria que o Conselho revogasse o parágrafo da Resolução Administrativa 388, de 1997, do Superior Tribunal do Trabalho, e determinasse a exoneração de todos os parentes de magistrados da Justiça do Trabalho. A Resolução nº 388 permitia que parentes nomeados antes de 1997 pudessem permanecer no cargo.

A decisão foi tomada por dez votos a quatro. Os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça reconheceram que os “princípios da moralidade e da impessoalidade” no serviço público são “auto-aplicáveis” e que, a partir da Constituição de 1988, as nomeações de parentes de magistrados ferem esses princípios.

O Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Nelson Jobim, que também preside o Supremo Tribunal Federal, designou o Conselheiro Douglas Alencar Rodrigues, representante do 2º grau da Justiça do Trabalho, para elaborar, em cinco dias, um anteprojeto de resolução que será apreciado pelo Conselho.

A Resolução estabelecerá os requisitos para a configuração do nepotismo, entre eles se a proibição será estendida até o terceiro grau de parentesco, e estabelecerá um prazo para que os Tribunais exonarem os parentes de magistrados. Esse prazo deverá ser entre 30 e 90 dias. E queremos, sim, exigimos, sim, o fim do nepotismo em todos os Poderes.

Concedo um aparte à Senadora Iris.

A Srª Iris de Araújo (PMDB – GO) – Senadora Serys, gostaria de cumprimentá-la pelo seu pronunciamento, porque, neste momento em que o País vive uma situação de desconforto, para não exagerar no termo, com tantas denúncias e com a população de uma certa forma perplexa diante dos acontecimentos, V. Exª, ao assumir esta tribuna, trata de um tema que, de certo modo, não poderia ser delicado, mas acaba

sendo. Ninguém tem muita coragem de abordar este tema como V. Ex^a está abordando, na tribuna, uma vez que sabemos que o País inteiro nos assiste pela TV Senado. Concordo com V. Ex^a quando diz que isso é um câncer não só no Legislativo e no Executivo como também agora no Judiciário. Hoje, na hora do almoço, o Jornal Hoje da TV Globo abordou, com ampla matéria, este assunto que V. Ex^a está colocando. Cumprimento e parabênzinhos V. Ex^a por isso. O País não pode retomar o seu crescimento apenas com números bons na economia. Nós temos que levar em consideração que a mudança de comportamento no mundo político tem que ser feita imediatamente, para que possamos ter realmente aquele País justo que nós pregamos e que nós queremos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senadora.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, infelizmente, meu tempo não será suficiente para abordar todos os assuntos que gostaria, mas vou ler um pedaço de um artigo da **Folha de S.Paulo** de hoje, escrito por Emir Sader.

Tendências/Debates,

PT, direita e esquerda.

Os graves erros cometidos pelo Partido dos Trabalhadores, no partido e no governo, se chocam diretamente com as tradições do PT e da própria esquerda. O PT e o Governo erraram e erram quando dão continuidade a políticas e a formas de ação que caracterizam a direita, e não a esquerda.

A política econômica, herdada do governo FHC – conforme palavras do próprio ministro da Fazenda –, com suas projeções negativas em outras políticas do governo, como em relação aos transgênicos, aos cortes nos recursos para as políticas sociais, na postura contraditória em relação ao “**software** livre”, na limitação e recuos nas políticas agrária e agrícola, pouco caso no que toca aos direitos dos povos indígenas, para citar apenas alguns casos, constituem o cerne do Governo e foram elaboradas e postas em prática pela direita: o Bloco PSDB – PFL.

Privilegiando metas financeiras, e não sociais, o Governo se choca com os interesses da agricultura familiar e da segurança alimentar, promovendo uma política cara à direita e não à esquerda [cara no sentido de querida]. Um modelo econômico voltado para a exportação é uma opção de direita, ao passo que um modelo voltado para o mercado interno de

consumo de massas, com distribuição de renda, se caracterizaria como de esquerda.

A realização de campanhas eleitorais baseadas no **marketing** – como costumam fazer os partidos de direita –, e não em valores da esquerda, centrados na militância, no debate político e em uma determinada opção ideológica. As políticas sociais focalizadas, emergenciais e compensatórias, e não de universalização dos direitos, são características da direita, em oposição à tradição dos governos municipais do PT.

Esses erros propiciaram a chance que a direita brasileira esperava para reinstalar um clima de guerra fria, com generosos espaços na mídia para qualquer tipo de acusação contra a esquerda.

Da declaração racista de Jorge Bornhausen (PFL) – sem nenhum protesto na mesma mídia que diariamente mostra-se “indignada” com qualquer deslize da esquerda – até a acusação de que o Governo Lula e o PT teriam sinais digitais no assassinato do brasileiro no metrô de Londres [faltava essa ainda].

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Um minuto, Sr. Presidente.

Com o consenso liberal dominante, qualquer gasto estatal é criminalizado, como recursos para políticas sociais a fomentos de atividades culturais, porque estas não atendem aos interesses das empresas monopolistas do setor e se dirigem aos mais miseráveis do País mais injusto do mundo.

Tenta-se desqualificar a esquerda com os erros do Governo Lula e do PT, mas tais erros devem-se à manutenção de políticas e métodos da direita. Já os méritos do Governo Lula e do PT vêm da esquerda.

São os méritos da política externa, que rompeu com a política da direita de subserviência total às políticas dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, como o meu tempo não permite que eu leia todo o artigo, pediria que ele ficasse registrado na íntegra nos Anais do Senado da República. Trata-se do artigo de Emir Sader, “PT, direita e esquerda”, publicado hoje na **Folha de S.Paulo**. Realmente, é um retrato da realidade do que está acontecendo hoje.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

13

Outubro 05

Opinião

TENDÊNCIAS/DEBATES

PT, direita e esquerda

OS GRAVES ERROS cometidos pelo PT, no partido e no governo, se chocam diretamente com as tradições do PT e da própria esquerda. O PT e o governo erraram e erram quando dão continuidade a políticas e a formas de ação que caracterizam a direita, e não a esquerda.

A política econômica, herdada do governo FHC —conforme palavras do próprio ministro da Fazenda—, com suas projeções negativas em outras políticas do governo, como em relação aos transgênicos, aos cortes nos recursos para as políticas sociais, na postura contraditória em relação ao “software livre”, na limitação e recuos nas políticas agrária e agrícola, pouco caso no que toca aos direitos dos povos indígenas, para citar apenas alguns casos, constituem o cerne do governo e foram elaboradas e postas em prática pela direita: o bloco PSDB-PFL.

Privilegiando metas financeiras, e não sociais, o governo se choca com os interesses da agricultura familiar e da segurança alimentar, promovendo uma política cara à direita, e não à esquerda. Um modelo econômico voltado para a exportação é uma opção de direita, ao passo que um modelo voltado para o mercado interno de consumo de massas, com distribuição de renda, se caracterizaria como de esquerda.

A realização de campanhas eleitorais baseadas no marketing —como costumam fazer os partidos de direita—, e não em valores da esquerda, centradas na militância, no debate político e em uma determinada opção ideológica. As políticas sociais focalizadas, emergenciais e compensatórias, e não de universalização dos direitos, são características da direita, em oposição à tradição dos governos municipais do PT.

Esses erros propiciaram a chance que a direita brasileira esperava para reinstalar um clima de guerra fria, com generosos espaços na mídia para qualquer tipo de acusação contra a esquerda.

Da declaração racista de Jorge Bornhausen (PFL) —sem nenhum protesto na mesma mídia que diariamente mostra-se “indignada” com qualquer deslize da esquerda— até a acusação de que o governo Lula e o PT foram cúmplices

EMIR SADER

digitais no assassinato do brasileiro no metrô de Londres. Com o consenso liberal dominante, qualquer gasto estatal é criminalizado, como recursos para políticas sociais a fomento de atividades culturais, porque estas não atendem aos interesses das empresas monopolistas

Tenta-se desqualificar a esquerda com os erros do governo Lula e do PT, mas tais erros devem-se às políticas de direita

do setor e se dirigem aos mais miseráveis do país mais injusto do mundo.

Tenta-se desqualificar a esquerda com os erros do governo Lula e do PT, mas os erros do governo Lula e do PT devem-se à manutenção de políticas e métodos da direita. Já os méritos do governo Lula e do PT vêm da esquerda.

São os méritos da política externa, que rompeu com a política da direita —de subserviência total às políticas dos EUA. São os méritos da política educacional, que rompeu com o mais extenso processo de privatização da educação que se têm notícia e busca fortalecer a educação pública nos seus diversos níveis. São os méritos da política cultural, que rompeu com a ampla privatização das atividades no setor —marca do governo anterior— e busca caminhos para a valorização das distintas iniciativas com sentido público, democrático e popular.

A esquerda critica as políticas e os métodos de ação de direita que o governo e a direção do PT adotou. A utilização de recursos públicos para fins privados é característica dos métodos com que a direita governou o país ao longo de toda a sua história, com sua visão patrimonialista do Estado, mercantilista da política. Os dirigentes do PT adotaram esses métodos, renegando o espírito público que norteou grande parte dos governos municipais do partido e as políticas sociais formuladas e postas em prática nessas administrações.

Tenta-se desqualificar o arcabouço histórico da esquerda, responsável pelos melhores momentos da história da humanidade, em nome de comportamentos que significaram o abandono desses valores e a adoção de métodos e políticas de direita. Pode parecer que a forma de condenar imoralidades seja a mesma em ambos os lados e que o clima atual consagraria a superação dessa dicotomia. É certo que a atuação de algumas pessoas, parlamentares ou não, que pretendem se situar no campo da esquerda, não se diferencia das entrevistas e intervenções direitistas que ocupam a quase totalidade dos espaços da mídia. Mas, fazendo assim, infelizmente, não se diferenciam dos discursos da direita.

A direita apóia as políticas de direita do governo e se choca com as políticas de esquerda. Um governo e um partido de esquerda têm de reivindicar as políticas de esquerda presentes no governo e combater frontalmente suas políticas —hegemônicas— de direita. Esta mostra toda a sua força na crise atual.

Que a esquerda saiba recuperar sua unidade, propor as suas alternativas para a crise, retomar a iniciativa e recolocar com força a oposição política que continua a comandar o mundo contemporâneo, entre dois lados opostos: esquerda e direita.

Emir Sader, 62, é professor de sociologia na UFRJ e da Uerj, onde coordena o Laboratório de Políticas Públicas. É autor de “A Virgínia dos Azevedos” (Boitempo), entre outras obras.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) Agradeço a V. Ex^a, que será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito inscrição para uma comunicação de interesse da Liderança Partidária.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, pelo princípio da alternância dos oradores com breves comunicações, por até sete minutos. A seguir, tem a palavra a Senadora Iris de Araújo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje ao plenário desta Casa para apresentar os resultados da Reunião Plenária Extraordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Buenos Aires, na última terça-feira, sintetizados no documento: “Bases de Acuerdo Político para Instalación del Parlamento del Mercosul”.

A reunião, sob coordenação do Presidente **pro tempore**, Roberto Conde, deputado do Uruguai, contou com a participação dos presidentes das Seções Nacionais dos quatro países-membros – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e de parlamentares que integram as respectivas comissões.

Na condição de Presidente da Seção-Brasil e, portanto, de membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, coordenamos a delegação brasileira, que contou ainda com a presença do Deputado Dr. Rosinha e da Deputada Maninha.

A principal decisão da reunião, uma das mais importantes realizadas recentemente, é a definição sobre o critério de representatividade parlamentar no Parlamento do Mercosul, que se encontrava pendente de um acordo entre os países-membros.

Por consenso, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul definiu que, durante a etapa de transição, de 2006 até 2010, a composição do Parlamento do Mercosul será paritária e formada por 18 parlamentares de cada Estado-Membro.

De acordo com a decisão da Comissão Parlamentar Conjunta, o processo de instalação do Parlamento do Mercosul ocorrerá por etapas.

A primeira, de transição, com vigência até o mês de dezembro de 2010, terá representação paritária, com participação de parlamentares no exercício do mandato, escolhidos pelos respectivos Congressos Nacionais.

Na segunda etapa, de janeiro de 2011 até dezembro de 2014, o Parlamento do Mercosul será integrado por parlamentares eleitos diretamente por su-

frágio universal, ainda de acordo com os respectivos calendários eleitorais nacionais.

A partir de 2014, o Parlamento do Mercosul superará sua fase de transição e passará a funcionar com representação de parlamentares eleitos pelo voto popular, em datas comuns aos quatro Estados-Membros. Para a realização dessa eleição será fixada uma data comum, antes do final de 2012, definido como Dia do Mercosul-Cidadão.

Com essa decisão, baseada no diálogo, na busca do consenso, superamos um impasse existente no processo de construção do Parlamento do Mercosul. Temos consciência de que o Parlamento no Mercosul só se afirmará se contemplar plenamente, e com justiça, os interesses de todos os seus integrantes. O Parlamento do Mercosul, assim como os Parlamentos nacionais, representará o conjunto dos povos da região, mas é decisivo que ele seja expressão também de cada país, de cada cidadão.

Outra decisão importante da reunião foi em relação ao critério da tomada de decisões, que poderão ser diferentes para cada etapa de implantação do Parlamento do Mercosul. De acordo com o documento final, serão adotados critérios de “Maiorias Especiais” para, com isso, evitar a sobreposição da “Maioria Automática” dos países maiores quando da vigência da Representação-Cidadã.

Também fundamental para o bom andamento dos trabalhos do Mercosul é a decisão de realizar gestões comuns nos respectivos Congressos Nacionais para a adoção de mecanismos que dotem as matérias referentes ao Mercosul de tratamento preferencial ou de urgência. Esse mecanismo, segundo entendimentos dos representantes dos quatro países reunidos em Buenos Aires, não deverá ultrapassar o prazo de 180 dias, contados a partir do ingresso da norma em cada Parlamento nacional.

Desde a criação do Mercosul, em 1991, foram assinados 74 Acordos Internacionais que exigem a análise e aprovação dos Parlamentos dos países-membros. Desse total, 16 já foram aprovados pelos Congressos dos quatro países-membros, 5 foram derogados por normas posteriores, 36 estão tramitando e 16 não foram enviados ainda a nenhum dos parlamentos, pelos respectivos Executivos. No caso do Brasil, temos o melhor aproveitamento, com mais de 50% de aprovação.

Entre algumas das importantes medidas aprovadas, destacamos a criação do Tribunal para Solução de Controvérsias, no âmbito jurídico, e o reconhecimento de títulos e graus universitários para fins acadêmicos, no terreno da educação.

O processo de construção do Mercosul, ainda em seus primeiros passos, exige a mobilização e, mais do que isso, a efetiva participação das representações da sociedade civil. Além da integração econômica e institucional, é preciso construir uma integração real, que atenda às verdadeiras necessidades populares. Neste sentido, é fundamental o fortalecimento do Parlamento do Mercosul, pois é com ele que as populações terão o seu canal de reivindicação e, principalmente, de expressão e de participação efetiva. Ao lado dos Poderes Executivos, do Tribunal para Solução de Controvérsias, o Parlamento do Mercosul completa a base institucional para o exercício da integração em todos os sentidos.

Com esse compromisso, realizamos recentemente, aqui no Congresso Nacional, o seminário “O Parlamento e o Mercosul”, que, pela primeira vez, abriu ao público e à sociedade civil organizada o debate em torno de uma norma do Mercosul antes de ser levada à prática. No caso, o debate teve como tema principal o próprio Parlamento do Mercosul e seus principais protocolos, que têm prazo, até o final de 2006, para serem implantados definitivamente.

Esse mesmo sentimento de interação com os povos dos respectivos países também marcou a reunião realizada em Buenos Aires e, de forma especial, as suas decisões que selaram definitivamente o compromisso irreversível dos parlamentos dos quatro países-membros, com a construção e afirmação do Parlamento do Mercosul.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por até 15 minutos.

Em seguida, falará o Senador Paulo Paim.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, paralelo à crise política, de maneira surpreendente um outro debate movimentou a opinião pública brasileira e se revela capaz de despertar inusitadas polêmicas e paixões. Trata-se do tema do desarmamento, que será objeto, no próximo dia 23, da maior consulta popular a ser realizada em todo o mundo. O referendo vai decidir se o comércio de armas de fogo e munições deve ou não ser proibido no Brasil.

São 122 milhões de eleitores aptos a votar. Esta consulta está prevista no art. 35 do Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003. Para que se torne realidade, o Governo Federal se dispõe a desembolsar R\$500 milhões, o valor das despesas geradas pela iniciativa.

A guerra entre o “sim” e o “não” – virou uma guerra mesmo! – está em toda parte. Na televisão, os programas das duas frentes parlamentares em defesa e contra a proibição do comércio de armas e munições repetem os tradicionais métodos de “conquista de votos” e exibem um arsenal de críticas e de troca de acusações digno das campanhas mais acirradas. Vale tudo na captura do apoio.

Este intenso debate se repete nas ruas, nas esquinas, nos bares, nos locais de trabalho, nas escolas. Dos mais simples aos mais sofisticados ambientes, o Brasil discute se abdica ou não de suas armas.

Eu chego à conclusão de que somos mesmo um País muito especial! Em plena tempestade das mais graves denúncias de corrupção da história, permitimo-nos o magnífico debate de um assunto que normalmente não se apresentaria tão intenso na pauta das análises de nosso cotidiano. Esta efervescência também atingiu em cheio o coração da imprensa, a ponto de as três principais revistas do País travarem em suas páginas um confronto igualmente forte e caloroso.

Digo que o debate surpreende porque a violência nossa de todos os dias é muito mais sentida do que propriamente comentada. É difícil encontrar um brasileiro que não tenha sido vítima de alguma forma de agressão. Assaltos, estupros, assassinatos, tráfico de drogas, prostituição, desrespeito aos direitos humanos, formam o amplo cenário da insegurança nacional. É nesse contexto que surge o projeto “armas zero”.

As estatísticas indicam que a violência tira a vida de 40 mil brasileiros por ano. Os defensores do desarmamento apresentaram recentemente um estudo da Unesco indicando que, na última década, as mortes por armas de fogo registradas no Brasil superaram o número de vítimas de 23 conflitos armados no mundo, perdendo apenas para as guerras civis de Angola e da Guatemala.

Pelo levantamento, em dez anos morreram no Brasil 325.551 pessoas, uma média de 32.555 mortes por ano. A pesquisa afirma ainda que adolescentes e jovens, entre 15 e 24 anos, são as principais vítimas das mortes por armas de fogo: só em 2003, 41,6% dos casos registrados foram de pessoas nesta faixa etária.

Os que defendem o chamado legítimo direito de defesa objetam que este quadro se agravaria ainda mais caso fosse proibida a comercialização de armas e munições. Eles observam que os criminosos se sentiriam ainda mais livres e ousados para agir ao ter a certeza de que nenhum cidadão de bem teria instrumentos para enfrentar as suas abordagens de sangue e de morte.

A revista **IstoÉ** desta semana trouxe a estatística de que o Brasil possuiria 17,5 milhões de armas. O Instituto de Estudos da Religião estima que, desse total, 10% estariam com policiais e militares, 25% com civis portadores de registro e 13% com caçadores, praticantes de tiro ou com colecionadores. Os 52% restantes estariam com cidadãos sem porte, bandidos e criminosos.

As estatísticas, Sr. Presidente, por si sós denotam a complexidade do tema que está sendo colocado para tomada de posição do eleitor. De um lado, o nosso sonho supremo de um mundo e de uma Nação sem armas, em completo ambiente de paz e concórdia, com homens e mulheres que compartilhem de ideais nobres e amplos gestos de amor e de solidariedade. De outro lado, a triste e terrível realidade de um País que tem mais da metade de suas armas em mãos assassinas e cruéis, que podem se rebelar ainda mais caso encontrem situações favoráveis para o agir sem a contrapartida da reação.

É bem verdade, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que importantes nações como o Japão, a França e a Grã-Bretanha executaram com êxito a tarefa do desarmamento. Em seus domínios, a violência e as mortes geradas pelo uso de armas de fogo tiveram um importante revés, conforme estudos divulgados pelos defensores do “sim”. Em contrapartida, os apoiadores do “não” observam que esses países primeiro desarmaram os criminosos para depois empreenderem a proibição total, além de não apresentarem quadros de insegurança que se assemelhassem à dramática realidade nacional. Argumentam ainda que o Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003, já impõe regras extremamente rígidas para o porte de armas no Brasil.

Desta forma, os argumentos a favor e contra a proibição do comércio de armas e munições são abundantes e profundos. Ambos estão muito bem fundamentados, e, a decisão do voto, portanto, será muito pessoal, baseada nas experiências próprias do eleitor, que vai se posicionar a partir do que considera melhor para sua vida e, logicamente, para a vida de sua família.

É neste sentido, Sr. Presidente, que me vêm as reflexões que se seguem: por que os governos deste País nunca atacam as causas geradoras da violência e preferem tratar apenas a superfície, as conseqüências? Será que nos consideramos incapazes de estabelecer uma Nação com padrões aceitáveis de segurança pública? Não podemos dar um basta ao problema da impunidade e da violência policial? Seria impossível vencer a guerra contra o narcotráfico, responsável direta e indiretamente por 80% da criminalidade? Quando, efetivamente, teremos uma política realmente ousada

de distribuição de riquezas, capaz de impedir que nossos jovens e desempregados se aventurem no mundo do crime? Não teríamos capacidade para estruturar um sólido projeto educacional que garantisse ensino de qualidade público, gratuito e de tempo integral para as nossas crianças e adolescentes?

Na verdade, outra vez desviamos o eixo do autêntico debate que deveria existir no País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Vou terminar o raciocínio e concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Paulo Paim.

O que precisava estar em jogo neste momento seria uma ampla discussão sobre os rumos de uma Nação que precisa empreender uma mudança radical em suas estruturas, por meio de medidas corajosas que coloquem um freio nas desigualdades e nas injustiças, fonte maior das violências e dos desajustes.

Pois não, Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, é com alegria que lhe faço este aparte. Eu conversava há pouco com o Senador Tião Viana. Sou de ter posição. Todos sabem a minha posição em relação à Convenção Quadro, diferente da do Senador Tião Viana. Nesta questão do desarmamento, casualmente, a minha posição e a de S. Ex^a são exatamente a mesma. Quero cumprimentar V. Ex^a porque concordo na íntegra com seu pronunciamento quando diz que a questão da violência no Brasil não é sobre se ter ou não a possibilidade de comprar uma arma. O Brasil é praticamente campeão do mundo em concentração de renda, e é isso que gera a violência: os mais pobres, desesperados, naturalmente, acabam entrando nesse viés da vida que é a luta pela sobrevivência, baseado, infelizmente, na violência. Comentando com o Senador Tião Viana, se me permite... Eu tenho um dado do Rio Grande do Sul: é o Estado mais armado do Brasil, porém é o que tem menos violência. E o Senador Tião Viana me dizia que o Canadá é, pelo número de habitantes, o país do mundo cuja população mais tem arma à sua disposição, mas é o país do mundo onde há menos violência. Não estou fazendo propaganda de um lado ou de outro. Agora, o viés com que quero concordar, na íntegra, com V. Ex^a é que a forma de combater a violência é proporcionando um salário mínimo digno, emprego, renda, reforma agrária, educação e é, de fato, garantindo segurança à população. Temos a mania de fugir do debate principal e ficar num debate paralelo, porque isso interessa. O Estatuto do Desarmamento é uma excelente lei, como V. Ex^a falou muito bem, que ajuda muito, mas o debate não é

esse. O debate de fundo é este que V. Ex^a aborda: se, efetivamente, fizéssemos distribuição de renda neste País, aí sim, investindo muito principalmente na educação, estaríamos combatendo a violência. Por isso, sem querer avançar no seu tempo, o aparte é muito mais para cumprimentá-la pelo viés que deu no seu pronunciamento. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do seu aparte. É isso mesmo. Também sou pelo “sim” ao desarmamento. Concordo com o desarmamento porque sou uma pacifista e é isso que nós buscamos. Mas temos que considerar esses dados e a realidade que vivemos. E a nação que buscamos, Srs. Senadores, é uma nação que não precise ter essa campanha que está sendo veiculada pelos meios de comunicação, o que aconteceria se tivéssemos, realmente, como disse o Senador Paulo Paim, uma sociedade igualitária e justa.

O Brasil, Senador, pode até utilizar remendos aqui e acolá. Pode avançar em ajustes na legislação para coibir desvios e anomalias. Mas o que se espera de fato é uma política maior, que seja ousada e decisiva no trato das causas que infelicitam a população. É preciso atacar de frente, como diz V. Ex^a, o desemprego por intermédio de incentivos vigorosos à produção, à pequena e média empresas, fomentando o mercado interno e abrindo oportunidades para a juventude. É necessário fazer a aposta decisiva na educação enquanto único caminho para o desenvolvimento equilibrado e duradouro. É imprescindível mudar a face social do País por meio de programas de inclusão que resgatem a nossa dignidade e a nossa cidadania.

A origem da criminalidade e da violência não é outra senão a miséria, a injustiça social, o baixo nível de educação, a perda de valores, a baixa qualificação das forças policiais, a dissolução da família tradicional, a falta de exemplos, a distância de princípios espirituais, o individualismo, o consumismo, a impunidade, o inchaço das cidades pelo êxodo rural, a irresponsabilidade dos que se utilizam do voto popular para praticar toda sorte de irregularidades e corrupção.

Para mudar esta realidade, todos precisam, sim, se sentir responsáveis: o Governo Federal, os Estados, os Municípios, as instituições não-governamentais, os sindicatos, as entidades da sociedade civil, as famílias, as escolas, as igrejas...

O que é inadmissível é aquele sentimento que acaba envolvendo a tantos: o desânimo diante de situações tão complexas e tão difíceis.

Para mudar esse cenário, o País bem que poderia utilizar toda essa mobilização em torno de um referendo sobre o desarmamento para, imediatamente após, começar um debate franco e aberto sobre o que seria

necessário para avançar numa perspectiva maior: que armas podemos utilizar contra a fome e a miséria? Que armas seriam capazes de acabar com o analfabetismo? Que armas dariam um basta às injustiças?

Tudo começa com as pequenas atitudes no dia-a-dia. Participar já é um começo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

O exercício da cidadania abre os grandes caminhos para transformações jamais imaginadas. Se o Governo não faz a sua parte, temos a obrigação de fazer a nossa. Começemos agora. O Brasil está sendo passado a limpo. É hora de agir. Contra a violência e a criminalidade, exigimos um País justo, solidário e fraterno.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por até 15 minutos, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar a perda que tivemos hoje, no Rio Grande, de um dos maiores incentivadores do tradicionalismo gaúcho e da cultura gauchesca. Falo de Luiz Menezes, 83 anos, poeta, músico e homem de rádio e televisão.

Luiz Menezes é uma verdadeira lenda no cancioneiro popular gauchesco, um dos mais importantes poetas da nossa terra.

Luiz Menezes foi agraciado pelo Governo Estadual do nosso Rio Grande com a “Medalha Negrinho do Pastoreio”, a maior comenda do nosso Estado, em reconhecimento ao trabalho em prol da cultura rio-grandense e brasileira.

Da Câmara Municipal de Porto Alegre, em 1997, Luiz Menezes ganhou o “Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva”, durante a Semana Farroupilha. Luiz Menezes, Sr. Presidente, é, sem favor algum, um dos mais premiados e festejados artistas da nossa terra, o que o faz um dos mais admirados do nosso Rio Grande.

Termino, numa homenagem ao grande Luiz Menezes, que faleceu hoje, citando uma estrofe do poema **Última Lembrança**, de sua autoria.

Quando eu morrer permita Deus que nesta hora
Ouças ao longe o cantar da cotovia.
Será minh'alma que num canto triste chora
E nessa mágoa o teu nome pronuncia.

Luiz Menezes, com certeza, está nas pradarias do céu em boa companhia. Minha solidariedade a ele e a toda sua família.

Sr. Presidente, depois deste pronunciamento, eu me deslocarei para a sede da CNTI, em Luziânia, Goiás, onde, às 16 horas, participarei, juntamente com o Ministro da Previdência, Nelson Machado, do congresso da Cobap.

O congresso marca os vinte anos da existência dessa entidade, que busca resgatar a história do trabalhador brasileiro, uma vez que, em 1º de maio de 2006, comemoraremos 120 anos de luta. Aliás, essa é a razão por que se dá o nome desse evento de hoje: “Trabalho, Consciência Social, Justiça e Solidariedade”.

Os participantes, mais de mil delegados de todo o País, estarão lá discutindo temas diretamente ligados à vida do povo brasileiro e não somente dos aposentados e pensionistas, como saúde, salário mínimo, Previdência, o PL nº 58, que está em debate aqui na Casa.

O objetivo da Cobap é buscar alternativas capazes de fortalecer a vida da confederação e de toda a nossa gente. A intenção é que nesse congresso surjam amplas mobilizações que aprovem o Projeto nº 58, que fará com que os aposentados voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram. Enfim, a Cobap busca uma democracia real, em que a justiça de fato exista, um país solidário, justo e com qualidade de vida para todos.

Sr. Presidente, quero também lembrar que ontem foi 12 de outubro, Dia da Criança e também da Padroeira do Brasil.

Em 1716, D. Pedro de Almeida e Portugal, conhecido como Conde de Assumar, foi escolhido como o novo Governador da Província de São Paulo e Minas de Ouro. Ele tinha a árdua tarefa de apaziguar os conflitos na região mineira.

Veio direto de Portugal e, durante sua viagem, chegou à Vila de Guaratinguetá, onde foi recebido com grande festa. Passou na cidade treze dias, sob os cuidados do Governador da Vila, o Capitão-Mor Domingos Antunes Fialho.

Para alimentar a grande comitiva de Conde de Assumar, o Senado da Câmara mandou que alguns pescadores fossem conseguir peixes, já que a cidade estava rodeada pelo rio Paraíba do Sul.

Entre muitos, foram os pescadores Domingos Martins Garcia, João Alves, Felipe Pedroso em suas canoas. Lançaram as suas redes no Porto de José Corrêa Leite, sem tirar peixe algum.

Continuaram até o porto de Itaguassu, muito distante, e João Alves, lançando a sua rede nesse porto, tirou o corpo da Senhora, sem cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede, tirou a cabeça da mesma

Senhora. Os três pescadores limparam a imagem no rio e notaram que se tratava da imagem de cor negra chamada Nossa Senhora da Conceição. Guardaram a imagem num pano e continuaram a pescaria, que, até aquele momento, não lhes dava peixe algum. Dali por diante, em poucos lanços, foi tão abundante que os três ficaram com medo de naufragarem de tantos peixes que passaram a recolher do rio.

Só podia ser um milagre. Em três lançadas de rede foram retirados enfim um corpo, depois sua cabeça, e mais tarde, como eu descrevia, quantidades infinitas de peixes. Felipe Pedroso, profundamente católico, disse: “Foi intercessão da Virgem Maria, mãe de Deus”. Levou, então, a pequena imagem para sua própria casa e, poucos dias depois, começou a organizar orações, sobretudo a reza constante no terço. Novos milagres foram acontecendo, e a piedade foi aumentando incrivelmente.

Alguns padres jesuítas testemunharam, já em 1748, que “eram muitos os que aí se reuniam para pedir ajuda e proteção à Senhora, que eles chamam piedosamente de a Aparecida”.

Em 8 de setembro de 1904, foi realizada a solene coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida; em 1908, o Santuário foi elevado à dignidade de Basílica pelo Papa.

Em 1930, o Papa Pio XI proclamou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil. Em 1967, no aniversário de 250 anos de devoção, o Papa Paulo VI ofereceu a Rosa de Ouro ao Santuário Nacional inteiramente dedicado a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Em 1984, a Basílica foi declarada oficialmente Basílica de Aparecida Santuário Nacional pela CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Sr. Presidente, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, hoje padroeira do Brasil, tem seu Santuário na cidade de Aparecida do Norte e reúne, como ontem, milhares de fiéis, de diferentes lugares e etnias.

Ah, o nosso Brasil! Tão diverso e tão rico, rico em suas terras, em seu meio ambiente, em sua cultura e em sua gente. Rico, mas tão carente de melhores condições de vida para os homens, para as mulheres, para as crianças e para os idosos; tão carente de um sistema de saúde melhor, tão carente de moradia, de melhores salários que comportem efetivamente o que manda a nossa Constituição.

O País é rico, mas possui péssima distribuição de renda. Nós somos um dos países, como eu dizia antes, de maior índice de concentração de renda, fator que, infelizmente, marca muito o Brasil no contexto internacional. De acordo com o relatório da ONU divulgado no mês passado, o Brasil tem a maior desigualdade

social de toda a América Latina, ou seja, a maior concentração de renda de toda a América Latina.

Nós que, no dia 12 de outubro, comemoramos também o Dia das Crianças, temos registro de que, na faixa de 5 a 15 anos, o Brasil ainda tem 2,7 milhões de crianças e adolescentes explorados no trabalho infantil. Esse número representa 7,46% da população nessa faixa etária.

Nós, que estamos diante de um quadro de envelhecimento populacional, pagamos aposentadorias ínfimas aos nossos idosos, que contribuíram uma vida inteira para a Previdência.

Nós, que estamos diante da grave crise que poderia ser alterada com a votação daquela que cheguei a chamar, Senador Tião Viana, de minirreforma eleitoral, pois sequer é uma reforma política, ficamos travando debates de CPI em CPI, mas nada é feito para que esses fatos não se repitam no futuro; não aprovamos nada.

Nós, que temos quase um terço da população vivendo com até meio salário mínimo **per capita**, o que em termos absolutos, representa 49 milhões de pessoas, não decidimos, de uma vez por todas, pagar um salário mínimo decente para nossa gente.

Hoje o Relator do Orçamento na Câmara diz que o salário mínimo para o ano que vem será no máximo de R\$321,00. A população espera o ano todo para ter um reajuste de R\$21,00? É inaceitável, Sr. Presidente. Sou obrigado a declarar que, como votei contra os R\$240,00, votarei contra os R\$321,00, porque é um salário que ficará muito aquém do mínimo que eu poderia imaginar para atender aos interesses do trabalhador e da sua família.

Nós, que temos registros da exclusão do direito à educação que os pobres, negros, índios, enfim, todas as etnias têm, vemos que temos que estabelecer aqui um quadro de resistência para melhorar o salário da nossa gente e de todo o nosso povo.

Nós, que sabemos que os preconceitos aos quais diversos segmentos da nossa sociedade estão expostos, ainda temos resistência em pensar na igualdade e nos respeito às diferenças.

Senador Tião Viana, V. Ex^a sabe da minha luta, há quase 10 anos, para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que não é votado; para aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que não é votado. Sempre há um argumento para evitar a votação desses dois Estatutos que vão melhorar a vida de 24,5 milhões de pessoas com deficiência. O Estatuto da Igualdade Racial – diria – melhora a vida do conjunto da população brasileira, porque combater os preconceitos interessa a brancos, negros, índios, mulheres, enfim, a todos os segmentos da sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a padroeira do Brasil é uma santa de cor negra. Ela zela por todos nós, brancos, negros, índios e outras etnias, e quer, quem sabe, nos mostrar a importância de respeitarmos as diferenças.

O que será que essa imagem quer nos mostrar? Talvez ela queira que reflitamos sobre as diferenças e a possibilidade da convivência fraterna e respeitosa entre essas diferenças e aquilo que elas podem construir.

O Brasil resiste a todas as mazelas graças a sua boa gente, a muita fé e esperança. Peço que a padroeira do Brasil nos ajude mesmo a votar e avançar mais no Congresso Nacional. Que ela ilumine o povo brasileiro na determinação de lutar por seus direitos. Que ela nos ilumine, para que cumpramos as promessas que fizemos nas campanhas e aqui no Congresso de melhorar as condições de vida de toda a nossa gente. Que aprovemos, enfim, projetos que só aguardam a votação para fazer o bem à nossa gente. Que ela ilumine os governantes para que tomem as medidas necessárias para dar ao povo a tão merecida justiça social. Que ela abençoe todos, especialmente as nossas crianças e os nossos idosos, cercando-os de todo o amor e carinho que eles merecem. Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, por até quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a seguir, encaminharei à Mesa dois requerimentos com pedido de informações.

Em que pese o fato de estarmos encontrando dificuldades na obtenção de respostas a esses requerimentos, é um instrumento de fiscalização do Poder Executivo que a Oposição tem disponível para utilizar.

Encaminho o mesmo requerimento à Casa Civil do Governo e também ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de obter a relação completa de cargos e funções públicas de livre provimento da Administração Federal desde o dia 1º de janeiro de 2004. Estamos solicitando o nome do cargo ou função, o nível do cargo ou função, o nome do órgão ou entidade, indicando o nome de todos os seus ocupantes, CPF, filiação, endereço, data da posse e da exoneração, se eventualmente houver ocorrido exoneração, pedindo, ainda, a indicação dos nomes dos eventuais responsáveis pela indicação política dos mesmos. Estamos solicitando o encaminhamento por meio eletrônico.

Fazemos isso, Sr. Presidente, na esteira do que pretende a organização Transparência Brasil, que, por intermédio de seu Diretor-Executivo, Cláudio Abramo, capitaneou um movimento com o objetivo de obter do Governo Federal a relação dos detentores desses cargos de confiança.

É óbvio que, desde a denúncia formulada pelo ex-Deputado Roberto Jefferson, iniciou-se uma investigação tendo por objetivo desvendar os mistérios dessa rede organizada de corrupção. Por intermédio da nomeação política de militantes de vários partidos para a ocupação de cargos de importância do Governo Federal é que se procurou captar recursos para a sustentação desse esquema de corrupção.

É evidente que, ao se fazer uma solicitação como esta, não se está acusando quem quer que seja, denunciando quem quer que seja, julgando quem quer que seja. O fato de ter sido nomeado politicamente não significa que possa ser responsável por qualquer ato de corrupção. O que se deseja, no entanto, é conhecer a listagem de todos os ocupantes dos cargos por nomeação de livre provimento e, eventualmente, indicados politicamente.

Apresentamos este requerimento obviamente com o intuito de propor transparência a todos os atos da Administração Pública.

Sr. Presidente, essa missão de investigar, de promover uma assepsia geral em função da crise moral que se abateu sobre o País com a eclosão do gigantesco escândalo de corrupção não nos desobriga, como Oposição, de avaliar os atos do Governo, de fiscalizá-lo e de denunciar eventuais desvios da Administração Pública.

Confesso que desde o momento em que o Presidente Lula construiu sua equipe de Governo perdi todas as esperanças de que pudéssemos ter para o País um Governo inovador, “mudancista” e competente. Perdi as esperanças não porque aprendemos, desde Maquiavel, que se conhece a competência do governante no momento em que ele escolhe sua equipe. Não por isso. Mas porque, atuando politicamente no Brasil, temos o dever de conhecer as pessoas de vida pública notória selecionadas para integrar a Administração Pública Federal. E contrariando a aspiração da sociedade de reduzir estruturas ociosas do Governo eliminando os paralelismos existentes e a superposição de ações decorrentes, lamentavelmente, do crescimento exorbitante da máquina pública federal, o Presidente buscou tanta gente sem qualificação técnica para ocupar cargos eminentemente técnicos, que puxou para baixo a qualidade de sua equipe, obviamente comprometendo a eficiência administrativa.

Creio que poderia começar falando até da trapalhada nova que reflete a incompetência do Governo: a medida provisória apelidada de “MP do Bem”. Eu poderia dizer que a medida provisória era do bem, mas, como disse o Senador Arthur Virgílio, o Governo é do mal e, portanto, ela não podia lograr êxito. Quando o Governo descobriu que realmente estava produzindo o bem, recuou, e acionou a Base Aliada na Câmara dos Deputados a fim de impedir que fosse aprovada. O Governo descobriu que, ao invés de R\$6 bilhões de desoneração tributária, poderíamos chegar a R\$12 bilhões, portanto, o dobro. O Governo erra tanto, calcula tão mal, que produziu esta pérola: imaginava que teria uma renúncia fiscal da ordem de R\$6 bilhões, e depois concluiu que seria de R\$12 bilhões, portanto, o dobro. E recuou. Sepultou a medida provisória que tanto festejou, porque não me esqueço de que, quando o Governo anunciou a “Medida do Bem”, que chamou de “Pacote do Bem”, fez uma imensa divulgação. Os “marqueteiros” agiram rapidamente, ocupando todos os espaços da mídia para divulgar o que seria uma concessão do Governo, que renunciava a uma arrecadação maior para favorecer segmentos importantes da economia. Mais uma grande trapalhada. Nada aconteceu. Ficamos na propaganda, e os benefícios não foram concedidos.

Agora, no Mato Grosso do Sul, o gado é dizimado. E não vou responsabilizar o Governo pela febre aftosa, não vou responsabilizar daqui. Não fui lá para verificar, não investigamos para saber qual a origem da febre aftosa que atingiu o gado no Mato Grosso do Sul. Mas vamos aos números: o País deveria receber R\$167 milhões, em 2005, de acordo com o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, para a defesa sanitária. Depois, com muita luta, uma batalha campal mesmo, a equipe da Fazenda garantiu R\$90 milhões, R\$55 milhões especificamente para a defesa animal.

Pois bem. Quanto o Governo liberou, de R\$55 milhões? Liberou R\$553 mil, apenas 1,57% do que estava previsto para a saúde animal. E, Senadora Heloisa Helena, Mato Grosso do Sul não recebeu um centavo das verbas federais para defesa sanitária, embora aquele Estado seja responsável pela metade das exportações brasileiras de carne bovina.

Portanto, eu não posso responsabilizar o Governo pela febre aftosa, especificamente neste caso em Mato Grosso do Sul. Não se admite que o Governo trate desta forma um setor que rende US\$3 bilhões por ano. O Brasil exporta mais de US\$3 bilhões por ano em carne e não investe nada! Porque, investir R\$500 mil na defesa sanitária é investir nada. E Mato Grosso do Sul nada recebeu e sofre as consequências.

Mas eu me lembro que, em determinado dia, – e o Senador Tião Viana estava presente – todos nós aprovamos aqui uma medida provisória autorizando o Governo Federal a liberar recursos para a vacinação do gado na Bolívia. Nós aprovamos porque compreendemos: a Bolívia é país limítrofe, a contaminação poderia vir de lá para o Norte do País, e o Congresso Nacional, o Senado Federal, foi sensível ao apelo do Executivo e aprovou a liberação. Mas o Governo Federal libera recursos para a Bolívia e não libera os recursos para promover a defesa sanitária no Brasil, que obtém mais de US\$3 bilhões por ano com a exportação de carne? Mas que Governo é este?

Ora, o Presidente Lula, ao passar por Lisboa recentemente, diz que não vai mudar a política em ano eleitoral. É uma pena, deveria mudar em todos os anos, não apenas no ano eleitoral, pois, se mudasse pelo menos nessa época, aproveitaríamos um ano.

Não é apenas o gado brasileiro, mas a agricultura está desprezada pelo Governo. Olhem esses dados. O empobrecimento é visível: queda de 40% no uso de calcário, ou seja, os plantadores do Brasil estão se empobrecendo. Esse é um indício de empobrecimento. Queda de 16% no uso de fertilizantes; no setor de sementes, 25%; no uso de defensivos, 20%. As vendas de máquinas agrícolas tiveram uma queda de 25%. Portanto, há o empobrecimento do campo.

Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a quer um aparte? Com prazer, concedo um aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Senador Alvaro Dias, vou me meter a fazer um aparte em relação a essa questão da vigilância sanitária. Tanto o Senador Tião Viana quanto eu somos da área, mas é claro que ele estudou muito mais a área de doenças infecto-contagiosas; eu, de alguma forma, também acompanhei essa questão da vigilância sanitária. Se não houver um fato criminoso – porque tudo pode acontecer –, a vigilância sanitária nacional é responsabilidade do Governo. São também da responsabilidade dele a falta de articulação, de competência técnica, de responsabilidade política com as vigilâncias sanitárias estaduais. Veja, Senador Tião Viana, se isso aconteceu numa fazenda-modelo, numa área livre sem vacinação, é completamente diferente. Sabemos todos nós que, na classificação, são três áreas: livre sem vacinação, livre com vacinação e de alto risco. Imagine o que está acontecendo na área de alto risco, que abrange os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas. As outras áreas são consideradas áreas livres com vacinação. Essa área onde ocorreu a doença não é de alto risco, nem livre com vacinação; é livre sem vacinação e, portanto, muito bem acompanhada. Então, se não houve um fato

criminoso, é, sim, responsabilidade do Governo, pela sua incompetência, pela incapacidade de articulação técnica para promover o monitoramento. Uma doença como essa não pode ficar apenas sob a responsabilidade das vigilâncias sanitárias estaduais. Não pode. Então, é uma irresponsabilidade. Por que aconteceu isso? Como bem disse V. Ex^a, do que estava orçado, ou seja, do que foi encaminhado pelo Governo, pelo Chefe do Executivo para o Congresso Nacional para a vigilância sanitária, apenas 0,2% foi executado. Realmente, num país de dimensões continentais, com problemas relacionados a fronteiras, com problemas gravíssimos, imagine o que está acontecendo. Isso é retrato do superávit. O que o Governo faz? O Governo vai mudar a política no ano que vem? Vai. Não vai mudar o cerne da política. É claro que não vai, porque conseguiu ser pior, na minha concepção não na de V. Ex^a, do que o Governo Fernando Henrique em relação à subserviência aos interesses comerciais financeiros das grandes nações e aos interesses do capital financeiro. Conseguiu aprofundar ainda mais, ser mais neoliberal do que o Governo Fernando Henrique foi. Então, o que vai acontecer? O que vai ser construído? É a velha lógica eleitoreira de que a Administração Pública está vinculada ao calendário eleitoral. Porque, então, arrocha o superávit, esmaga as políticas públicas, as políticas sociais, junta o dinheiro do superávit, agrada e enche a pança dos banqueiros nacionais e internacionais. Dessa forma, qualquer percentual que se tire desse superávit para gastar em um ano eleitoral faz com que parte importante da população esqueça o que aconteceu. Isso porque tem muita gente do bem, generosa, que acaba sendo manipulada pelas imagens, pela liberação de recursos e iniciação de obras. Não há dúvida, para quem acompanha estudos epidemiológicos, sobre a responsabilidade dessa doença. Então, se não houve fato criminoso, a responsabilidade é do Governo Federal, que foi incompetente, incapaz de administrar um problema numa área como essa. O mais assombroso, Senador Alvaro Dias, é que o fato ocorreu em uma área como essa, numa fazenda-modelo. Imagine o que pode acontecer em outras áreas muito mais problemáticas, mais fragilizadas, com proprietários em situação mais precária. Imagine o que pode acontecer. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Esse é o parecer técnico que faltava, de alguém que conhece, que é da área, que estudou o assunto e, portanto, pode opinar com autoridade, como fez V. Ex^a.

Era exatamente isso que eu aguardava quando disse: Não vou responsabilizar o Governo especifica-

mente por esse fato, mas os indícios me levam a acreditar que seja o Governo o responsável. E V. Ex^a, com muita sabedoria, coloca, com muita clareza, a responsabilidade do Governo também nesse episódio, especialmente num Estado que é responsável pela metade das exportações do Brasil no setor. O País exporta 3 bilhões e investe, lamentavelmente, quase nada.

Mas é assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, relativamente a outros setores da Administração Pública. Os hospitais públicos, por exemplo, estão sendo administrados com competência pelo Governo, ou estão sem remédio, sem médicos, caindo aos pedaços muitos deles? E a educação pública? Há universidades em greve, as universidades federais estão em greve, os salários continuam defasados; há laboratórios fechados; há fuga de talentos das nossas universidades, comprometendo a ciência, a pesquisa, o avanço tecnológico, no nosso País.

E a violência? A violência cresce todos os dias, em todos os Estados brasileiros. Ora, o Governo encontrou agora a panacéia para resolver o problema da violência, o referendo popular sobre a venda de armas?

Sr. Presidente, Senador José Agripino, Líder do PFL, grande Líder do PFL, o referendo que o povo desejaria para este momento é em função da contaminação do mandato do Presidente Lula, da contaminação pela corrupção! O referendo popular adequado para o País neste momento seria: o Presidente Lula continua ou o Presidente Lula deixa o Governo? Esse referendo, sim, seria mais adequado neste momento que vivemos no Brasil.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo um aparte ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Alvaro Dias, eu estava ouvindo o pronunciamento oportuno de V. Ex^a, que me enseja algumas considerações. Eu estava também ouvindo a palavra da Senadora Heloísa Helena e, sobre o que V. Ex^{as} estavam falando, tenho um adendo: a responsabilidade neste fato todo cabe, sim, senhor, ao Governo! Cabe, sim, senhor, ao Governo! Senador Alvaro Dias, há um mês, estive na Rússia, onde passei seis dias; fui a Moscou e a Saint Petersburg, só às duas cidades. E fiquei orgulhoso de ver, na terra do Sputnik, na terra dos cidadãos do mundo que primeiro colocaram os pés na Lua, das missões espaciais, a antiga União Soviética – uma vez que a Rússia ainda é o centro daquilo que foi a União Soviética –, que a carne que consomem lá é do Brasil. E eles a consomem com grande prazer, pelo fato de estarem importando um produto de muito boa qualidade. Eu era orgulhoso disso porque a Rússia, queira

ou não, é um país que está se recuperando, um país muito importante no contexto mundial, e mais de 50% da carne que importa vem do Brasil!. Como a carne da União Européia, como a carne do Japão e de muitos lugares importantes vêm do Brasil. Isso me orgulha. Aí abro o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje – tenho a consciência de que o Brasil hoje é o maior exportador de carne bovina do mundo. Isso se deve é claro à competência do empresário brasileiro, mas há uma nação por trás, há uma legislação e responsabilidade oficial por trás – então, abro o jornal no caderno de Economia, primeira página: “UE acusa Brasil de falta de preparo”. O meu orgulho passou a ser vergonha. UE significa União Européia. Vou ler novamente, Senador Alvaro Dias: “UE acusa Brasil de falta de preparo”. E a matéria detalha por que a União Européia acusa o Brasil de falta de preparo. Quando fala em Brasil é governo brasileiro. As manchetes internas do jornal informam: “Vírus da aftosa pode ser mutante”, “Preço do boi gordo pode cair até 32%”, “Crítica pública de Rodrigues a Palocci foi contida por Lula”. Veja V. Ex^a por que a minha preocupação se manifesta e me leva a fazer este aparte a V. Ex^a: na dotação orçamentária deste ano, foram destinados R\$167 milhões para a defesa fitossanitária; liberaram-se R\$ 37 milhões. O Ministro Roberto Rodrigues, para quem tiro o chapéu... Para o Ministro Furlan, também tiro. Para esses dois, eu tiro o chapéu. Em audiências com S. Ex^a, tive oportunidade de ver sua irritação com a pepinação de dinheiro, com a economia que é feita para produzir... O que acontecerá? Milhões e milhões de dólares de perdas em empregos, em divisas, pelo fato de 28 países estarem se negando a receber encomendas em curso ou fazer encomendas novas. Por conta de uma bobagem. O Brasil gastou até agora, Senador Alvaro Dias, até setembro, R\$105 bilhões em juros e não liberou R\$167 milhões. Gastou R\$105 bilhões em juros e deixou de liberar R\$167 milhões para a defesa fitossanitária, que responde pela proteção de um setor que guarda milhares de empregos, bilhões de dólares de exportação e que está provocando esta vergonha que V. Ex^a está abordando. O pior de tudo, Senador Alvaro Dias, é o que leio na matéria, porque eu, repito, tiro o chapéu para o Ministro Roberto Rodrigues, que está irritadíssimo com a área econômica, pelo fato de terem levado sua Pasta a ser acusada por estas manchetes que estão no mundo inteiro. Na matéria “Crítica pública de Rodrigues a Palocci foi contida por Lula” há uma coisa que me preocupa: “A crise da aftosa acentuou a irritação de Rodrigues, e, em Brasília, chegaram a circular rumores de que ele pediria demissão”. Seria o pior dos mundos. Aproveitando o pronunciamento de V. Ex^a, quero dizer: Ministro Roberto Rodrigues,

não renuncie, não; pelo amor de Deus, não renuncie. Agora faço como Aldo Rebelo: não renuncie, não. Não renuncie, não, porque esse é um setor que ainda vai bem no País pela pertinácia, pela competência empresarial, mas pela visão de futuro de S. Ex^a, o Ministro. Não renuncie, não, porque senão vai-se embora uma das últimas coisas boas que o Governo Lula ainda tem a apresentar. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Agripino. V. Ex^a que merece cumprimentos porque, em tão curto espaço de tempo, trouxe tanto conteúdo ao depoimento que presto hoje desta tribuna, abordando a questão externa e interna com muita propriedade e, sobretudo, desenhando bem o grau de irresponsabilidade administrativa do Governo Lula. Não há outra denominação para esse comportamento a não ser o da irresponsabilidade. O Presidente, investindo muito na sua reeleição, propala para o mundo que o Brasil é um País em crescimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos desperdiçando oportunidades preciosas de crescer economicamente, de gerar emprego, renda, receita pública. Num bom momento da economia mundial, o Brasil faz o contraponto diante de nações que crescem muito mais que a nossa, embora possuam potencialidades inferiores.

Portanto, o Presidente Lula vai passar para a história, e o futuro dirá, a história registrará o Governo de Sua Excelência como o de um Presidente que acarretou enormes prejuízos para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana-Bloco/PT-AC) – Senador Alvaro Dias, quanto à manifestação de V. Ex^a sobre informações de Ministérios e requerimentos na sessão de terça-feira, dia 11 último, devo dizer-lhe que os Requerimentos nºs 838, 839, 940 e 942, de 2005, foram recebidos nos Ministérios respectivos no dia 21 de setembro, estando ainda no prazo constitucional de trinta dias.

O Requerimento nº 914, de 2005, teve a sua resposta recebida nesta Casa hoje e já se encontra no gabinete de V. Ex^a.

Quanto ao Requerimento nº 993, de 2005, do qual sou Relator, meu parecer já foi concluso, está pronto e aguarda inclusão na pauta da Mesa para a próxima reunião.

O Requerimento nº 1.293, de 2004, está pronto para ser incluído em Ordem do Dia. Levarei o assunto ao Presidente da Casa. O Requerimento nº 915, de 2005, esteve para ser votado na sessão do dia 31 de agosto e, por consenso das Lideranças partidárias, deixou de ser apreciado naquela ocasião.

Quanto ao Requerimento nº 556, de 2004, assumo o compromisso de fazer gestões e observação ao

Ministro de Estado da Educação para que se atente para os prazos constitucionais de resposta ao requerimento feito por V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço, Sr. Presidente, porque esse requerimento extrapola os limites do prazo constitucional. Encaminho outros dois requerimentos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.132, DE 2005.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a seguinte solicitação de informações:

– Relação completa de cargos e funções públicas de livre provimento da Administração Federal existentes desde 1º-1-2004 (nome do cargo ou função, nível do cargo ou função, nome do órgão/entidade), indicando o nome de todos os seus ocupantes, CPF, filiação, endereço, data da posse e data da exoneração. Indicar, ainda, os nomes dos eventuais responsáveis pela indicação política dos mesmos. Tais informações devem ser encaminhadas em meio eletrônico, em arquivo de extensão “xls”.

Justificação

Há no seio da sociedade um clamor para elucidar os meandros do esquema de corrupção que eclodiu a partir das denúncias feitas pelo ex-Deputado Roberto Jefferson. Nesse contexto, a Transparência Brasil, por intermédio do seu diretor-executivo, Cláudio Weber Abramo, capitaneou um movimento para obter do Governo Federal a relação dos detentores de cargos de confiança.

Por considerar importante que a publicidade dos dados solicitados seja calcada em informações de fonte absolutamente fidedigna, julgo imprescindível que a Presidência da República encaminhe, com a maior brevidade possível, a relação em epígrafe.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2005. – Senador **Álvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.133, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encami-

nhada à Ministra de Estado da Casa Civil a seguinte solicitação de informações:

– Relação completa de cargos, e funções públicas de livre provimento da Administração Federal existentes desde 1º-1-2004 (nome do cargo ou função, nível do cargo ou função, nome do órgão/entidade), indicando o nome de todos os seus ocupantes, CPF, filiação, endereço, data da posse e data da exoneração. Indicar, ainda, os nomes dos eventuais responsáveis pela indicação política dos mesmos. Tais informações devem ser encaminhadas em meio eletrônico, em arquivo de extensão “.xls”.

Justificação

Há no seio da sociedade um clamor para elucidar os meandros do esquema de corrupção que eclodiu a partir das denúncias feitas pelo ex-Deputado Roberto Jefferson. Nesse contexto, a Transparência Brasil, por intermédio do seu Diretor-Executivo, Cláudio Weber Abramo, capitaneou um movimento para obter do Governo Federal a relação dos detentores de cargos de confiança.

Por considerar importante que a publicidade dos dados solicitados seja calcada em informações de fonte absolutamente fidedigna, julgo imprescindível que a Presidência da República encaminhe, com a maior brevidade possível, a relação em epígrafe.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol

– AL) – Com a palavra o Senador Tião Viana, pelo tempo regimental. Depois, o Senador José Agripino falará como inscrito.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, venho tratar de tema que diz respeito à saúde pública do Brasil, assunto que julgo inadiável. Falarei de uma decisão da Organização Mundial de Saúde de transformar a próxima semana em Semana Mundial da Alimentação Saudável.

De um lado, a fome e a miséria mutilam pessoas, fazem vítimas todos os dias – 35 mil crianças morrem de fome ou de doenças evitáveis todos os dias neste planeta; de outro, as doenças crônico-degenerativas matam ainda mais. Para surpresa de muitos, países em desenvolvimento ou com indicadores de pobreza têm já, nas doenças crônicas, as primeiras causas de mortalidade – pelo menos países com nível de desenvolvimento intermediário. Neste ano, no Brasil, teremos 1,289 milhão de mortes de brasileiros, dos quais 982 mil, 72% ou 73%, devem perecer devido a moléstias crônicas que, pela ordem de importância, são: doenças cardiovasculares, 32%; cânceres, 15%; doenças respiratórias crônicas causadas pelo tabagismo, que tivemos a determinação de enfrentar o debate com a sociedade aqui, com 8%; o diabetes com 5%; outras patologias crônicas, 12%; os ferimentos respondem por 11% das mortes; e as doenças infecciosas parasitárias, os óbitos maternos e os óbitos pré-natais, aqueles que ocorrem nos primeiros trinta dias, ou antes um pouco do nascimento, respondem por 17% das mortes restantes.

Na próxima semana, estará na Internet uma página do Ministério da Saúde, abordando o guia de alimentação saudável. O fato é que o brasileiro rompeu com aquela música da época das liberdades democráticas em ascensão, que dizia que “dez entre dez brasileiros preferem feijão”. Hoje, as pessoas estão transferindo suas preferências alimentares para gorduras, biscoitos, produtos que, de fato, levam à ocorrência grave das chamadas doenças crônicas degenerativas. Não é à toa que há mais de cem mil mortes por ano em função dos acidentes vasculares cerebrais, os chamados derrames. O enfarto agudo do miocárdio ainda é o campeão das causas de morte em nosso País, e o diabetes é responsável por 5%.

As estatísticas médicas diretas da assistência à saúde mostram que poderíamos evitar a morte de pelo menos 60% a 70% dessas pessoas se tivéssemos como caminho do dia-a-dia a alimentação saudável, a ruptura com o sedentarismo e uma atividade física saudável, rompendo evidentemente com o fumo. Tivemos o cuidado de debater esse assunto e estamos com a responsabilidade de decidir qual o caminho adotará a sociedade brasileira em relação a isso. O Ministério da Saúde, seguindo orientação da Organização Mundial de Saúde, estabeleceu meta no sentido de que o Brasil incorpore a redução de 2% a cada ano, até 2015, da ocorrência de mortes e complicações em razão dessas doenças crônico-degenerativas. Se fizermos isso, asseguraremos uma economia financeira ao nosso País da ordem de U\$4 bilhões nesse período e teremos

condições de dar muitas contribuições em termos de qualidade de vida ao povo brasileiro.

Vale ressaltar que um dos destinos finais desses pacientes é exatamente a concentração nas chamadas Unidades de Terapia Intensiva. Os Estados Unidos gastam U\$10 bilhões todos os anos com pacientes nas Unidades de Terapia Intensiva, que correspondem ao Orçamento do Ministério da Saúde para tratar todas as doenças no Brasil. E não temos tido a ousadia de fazer aquilo que pode custar muito pouco e que diz respeito à informação pelos meios de comunicação, isto é, um grande debate com a sociedade nas escolas, nas unidades de encontros sociais, com a colaboração de igrejas e instituições diversas. Essa é a dimensão da responsabilidade do Governo atual. A minha expectativa é a de que sejamos capazes e ousados o suficiente para tratar dessas matérias.

Vale lembrar que o ex-Ministro da Saúde Humberto Costa foi absolutamente claro ao falar da responsabilidade que deve ter o Ministério da Saúde na prevenção e no controle das doenças, quando apontou como desafio para o Brasil um verdadeiro paradigma. Refiro-me à chamada Lei de Responsabilidade Sanitária, ou seja, que as cidades, os governos estaduais, os governos municipais, os setores articulados da sociedade, como os chamados consórcios regionais de saúde, que deveriam ter pactuado as ações de prevenção e controle, que não tivessem alcançado metas e objetivos definidos arcariam com penalidades no seu financiamento público.

Infelizmente, o nosso País ficou desestimulado após a saída do Ministro Humberto Costa. Já não é essa prioridade do Ministério da Saúde. É uma lei que perdeu sua força, está inibida, acanhada nos corredores da burocracia do processo legislativo e do processo de decisão do Executivo brasileiro.

Lamento. Entendo que os números falam por si só. Os meios de comunicação têm tratado do tema. A **Folha de S.Paulo** fez um justo e elevado editorial tratando do tema. O **Correio Braziliense**, de Brasília, também o fez. Cabe a nós a responsabilidade de legislar a respeito desse assunto.

Apresentei três matérias legislativas sobre o controle de alimentação. Algumas estão tramitando nesta Casa e outras estão prontas para ir à Câmara dos Deputados. Espero que possamos efetivamente proteger o futuro das gerações brasileiras.

O rompimento do ciclo de ocupação rural do arroz, do feijão, da carne, que era comida moída, coisas simples que eram a base da alimentação do brasileiro e que evitavam essas doenças, deve ser um fator determinante de alerta para a retomada da qualidade de vida e da saúde do povo brasileiro.

Todos sabemos a dificuldade que tem hoje uma pessoa de classe média levantar do seu sofá, porque prefere insistir no controle remoto da televisão para não fazer exercício físico. Faz a opção clara pelo sedentarismo, como se tivesse que ser um escravo de uma tecnologia que não tem esse propósito.

Então, a responsabilidade é de todos: é do Governo, é da sociedade, é dos meios de comunicação e é das instâncias que fazem o processo legislativo.

O Senado brasileiro tem a obrigação, no meu entendimento, de fazer uma revisão prioritária das matérias relativas a esse tema que tramitam no Congresso Nacional, trazê-las à votação e, ao mesmo tempo, encaminhá-las ao Executivo para que tome as decisões cabíveis.

Antes de encerrar, concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Tião Viana, vou-me valer da falta de tempo cronometrado, porque tendo a mais liberal libertária e freqüentadora deste plenário, para o bom debate, que é a nossa Presidente Heloísa Helena... Bom, vejo que V. Ex^a agora já tem o tempo marcado... (Risos.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Só porque V. Ex^a ia falar. Sou libertária mesmo. (Risos.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – A Nação reconhece isso, com toda certeza, e justamente de forma muito meritória, Senadora Heloísa Helena. Mas, nós que somos freqüentadores deste plenário nas vésperas de feriado, nos pós-feriados, nas segundas-feiras, eu me alegro, Senador Tião Viana, ao ver V. Ex^a, um médico da região Norte, da Amazônia, um profundo conhecedor das questões da saúde, levantar todas essas questões, abordar isso como alguma coisa que é responsabilidade coletiva nossa. Se não me engano, V. Ex^a mencionou no início do seu pronunciamento o Ministro da Saúde, e vi nos jornais, até com uma certa alegria, que o Ministro estava lutando para se libertar do vício do fumo. Espero que até como exemplo para a Nação, o Ministro atinja o seu objetivo, porque, sem interferir nos direitos individuais do cidadão, nós, como legisladores, como autoridades, temos responsabilidades. Não desejo partidizar o debate, mas gostaria de lembrar um incidente envolvendo o ex-Ministro José Serra, hoje Prefeito de São Paulo. Ao chegar a minha residência, para um jantar, ele viu um Parlamentar de nossa Bancada fumando e ele disse: “Você fuma? Você ainda tem coragem de fazer isso, atentar contra a sua própria saúde e ainda dar este exemplo?” Aí o grupo todo concordou com o ex-Ministro. E o Deputado disse: “Olha, depois de uma opinião dessa, sinceramente, eu prometo que na sua

próxima visita já serei um ex-fumante”. Então quero, em primeiro lugar, desejar a S. Ex^a, o Ministro Saraiwa Felipe, por quem tenho respeito, que ele consiga atingir essa meta. E quero, Senador Tião Viana, refletir um pouco sobre essa dificuldade de que V. Ex^a falou. Nós temos uma constatação: houve aquela contribuição de alguns médicos cubanos, que para mim não é maior, ou melhor, do que a dos profissionais brasileiros. Porém, eles detectaram que, principalmente nas pequenas cidades, a população, muitas vezes pelos costumes alimentares, caminha para a desnutrição tendo a folha da mandioca, por exemplo, no quintal. Eu, quando Prefeito, tive a sorte – mas não foi ao acaso – de encontrar a professora Clara Brandão e a convidei para fazer um programa na cidade de Palmas. Ela foi e ensinou em nossas escolas o processamento da multimistura: pegar cuidadosamente a casca do ovo utilizado, higienizá-la, secá-la e ralá-la juntamente com a folha de mandioca no mesmo processo, adicionando isso na alimentação das crianças. Senador Tião Viana, V. Ex^a não tem idéia de como a multimistura mudou a curva do teor de nutrição dos pratos, geralmente só arroz e farinha, de muitas das famílias em Palmas, recém-inaugurada capital de Tocantins. Portanto, eu quero saudar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que nós temos muitas responsabilidades coletivas. Precisamos dar o exemplo e nossa contribuição, sabendo que esse é um processo da sociedade como um todo, não apenas de uma autoridade, mas do coletivo do nosso País como Nação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o aparte que engrandece o meu pronunciamento e o incorporo com grata satisfação.

Senador José Agripino, ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Tião Viana, eu tenho V. Ex^a na conta de um bom amigo e companheiro, um bom Senador, um Parlamentar de boa qualidade, combativo, defensor das suas idéias e do seu Partido, como é a sua obrigação. Mas eu quero dar mais um testemunho. Considero V. Ex^a um orgulhoso de sua profissão. Acho que V. Ex^a nem se lembre mais, faz um tempo já, dois, três anos, V. Ex^a estava meio esbaforido aqui no plenário, num fim de tarde, sôfrego para sair, e eu lhe disse: para onde vai, Tião? E V. Ex^a respondeu: “Vou a Basiléia”, uma cidade na Alemanha. Ia receber um prêmio internacional.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Basiléia, Suíça.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Ia a Basiléia, fronteira da Suíça com a Alemanha, receber um prêmio por trabalho profissional feito por V. Ex^a na qualidade de médico. V. Ex^a não perde oportunidade, está sem-

pre abordando temas médicos, dando sua contribuição com sua experiência de vida, com a questão amazônica, dando uma contribuição importante, interessante, para que a saúde no Brasil seja uma prioridade e os bons exemplos sejam lembrados. E V. Ex^a lembra alguns bons exemplos, e eu quero lembrar aqui o meu bom exemplo. O Senador Eduardo Siqueira Campos falou da casca de ovo misturada com especiarias etc., que, incorporada à nutrição tocaninense, melhorou o padrão genético dos conterrâneos de Tocantins. O Ministro da Saúde do Governo de V. Ex^a, Deputado Saraiwa Felipe, é hoje o que eu fui: fumante. Ele não está vendo o que eu via. Eu era Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ousava cometer o desatino de fumar defronte das câmeras. Recebia **e-mails**, reclamando de minha postura de fumante defronte das câmeras e em ambiente público, onde eu deveria dar exemplo. Aquela e outras reprimendas, aquele e outro tipo de constrangimento que recebi pelo fato de ter o hábito de fumar, que cultivei durante 37 anos, me levaram a deixar de fumar, sem, como dizia agora o Senador Eduardo Siqueira Campos, apoio de Ziban nem de adesivo, nem de atenção de psiquiatra, nem de precisar recuperar o meu equilíbrio emocional. Nada! Consegui deixar na força de vontade. Diga ao Ministro da Saúde que, se ele quiser um bom conselheiro, procure o Senador José Agripino, que ele lhe dá a receita certinha de como aparecer bem ao povo brasileiro na condição de ex-fumante.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Transmitirei com muita alegria ao Ministro da Saúde o aparte que V. Ex^a faz, um aparte sempre de um sábio da política brasileira, lógico, sobretudo em seu raciocínio, e convincente. Direi ao Ministro desses três requisitos fundamentais para que possa absorver essa sugestão de V. Ex^a. Seguramente, quando V. Ex^a abdicou do cigarro, estava entendendo que morrem cinco milhões de pessoas por ano em razão desse hábito. Cem mil brasileiros morrem em razão desse hábito todos os anos – cem a duzentas mil pessoas. E nós temos o câncer de laringe, de esôfago, o câncer de rins, de bexiga, de pulmão, todos vinculados ao hábito do cigarro. Então, V. Ex^a se livrou a tempo de um mal que afeta a população brasileira de modo marcante.

E concluo, Senadora Heloísa Helena, dizendo que a responsabilidade do Ministério da Saúde, dos governos, é muito grande neste momento. Nós não temos mais a saúde sendo tratada como uma norma administrativa. Hoje, é um debate em tempo real com a sociedade pelos meios de comunicação, e a pactuação deve se dar desde o plano moral até o plano da informação e da partilha no que é conduzir a qualidade de vida do povo brasileiro.

Agradeço a V. Ex^a que, pelo coração generoso, me concedeu o tempo da tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Só às vezes a minha generosidade, Senador Tião Viana.

Senador José Agripino; tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental e pelo tempo que necessário V. Ex^a identifique – até porque está tão esvaziado o Plenário!

O Senador Eduardo Siqueira Campos vai falar também, depois eu.

Tem V. Ex^a a palavra, nobre Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Heloísa Helena, que garbosamente preside esta sessão simpática de quinta-feira, imprensada nos feriados que nos retiveram em Brasília, Srs. Senadores; Senadora Heloísa Helena, deixe-me fazer aqui, neste ambiente descontraído que estamos vivendo nesta quinta-feira, uma apreciação sobre a qualidade da oposição que é feita neste Plenário. Eu vou puxar aqui alguns testemunhos calcados em fatos protagonizados por mim da quarta-feira para cá. Quero falar um pouco sobre a qualidade da oposição, Senador Eduardo Siqueira Campos, a qualidade da oposição que nós fazemos aqui. V. Ex^a é oposição, a Senadora Heloísa Helena é oposição e o Senador Tião Viana é exemplo clássico de Governo – educado, mas exemplo clássico de Governo.

Na quarta-feira, numa contribuição – crítica, evidentemente –, que fiz ao Governo, apresentei dados que mostram o fracasso do projeto Primeiro Emprego, que foi um ícone na propaganda do Governo. V. Ex^a se lembra, Presidenta Heloísa Helena, que o Governo chegou a fazer estandartes monumentais, enormes, fazendo a propaganda do Programa Primeiro Emprego. Era a salvação da Pátria. Era a eficiência do Governo Lula que iria gerar parte daqueles dez milhões de empregos prometidos durante a campanha eleitoral. E eu apresentei aqui os números do fracasso do Primeiro Emprego – apresentei plácida e tranquilamente.

Em 2004, os recursos orçamentários de R\$160 milhões foram consignados no Orçamento da União, dos quais o Governo só teve a capacidade de gasto de R\$32 milhões. O que isso significa? É um Governo inoperante, é um Governo que não sabe fazer. Até teve a disposição de colocar um pouquinho de dinheiro. Cento e sessenta milhões é muito pouco para o que o *marketing* se propunha a anunciar em termos de Programa Primeiro Emprego, que foi apresentado como a salvação da pátria. Cento e sessenta milhões de Reais é dinheiro, mas não é o dinheiro do mundo todo. Mesmo assim, foram gastos apenas R\$32 milhões. Bom, foi o

início, todo começo é complicado e talvez se justificasse pelas dificuldades de a máquina engrenar. O Governo tinha a convicção férrea de que o Primeiro Emprego era um grande Programa e ia em frente.

Vamos para 2005. Este ano, em vez de R\$160 milhões, Senador Geraldo Mesquita, o Governo consignou no Orçamento R\$140 milhões. Que danado de programa prioritário é este que, de um ano para o outro, cai de R\$160 para R\$140? Cento e sessenta na idéia, porque gastos foram R\$32 milhões.

No segundo ano, neste ano de 2005, o Programa Primeiro Emprego consignou no Orçamento R\$140 milhões, menos do que no primeiro ano. Era uma espécie de reconhecimento do fracasso. E até setembro, os números do Governo – números do Siafi, não são meus, são da Administração Financeira, estão na Internet – demonstraram gastos de R\$19 milhões dos R\$140, ou seja, um programa fracassado, lamentavelmente fracassado.

E, aqui, na melhor das intenções, eu apresentei uma idéia que já consegui aprovar na Comissão de Assuntos Sociais, chamada Bolsa de Aperfeiçoamento Profissional, que objetiva usar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, parte do dinheiro que o Pis/Pasep arrecadado deve destinar ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, que destina apenas uma parte, porque a outra parte é esterilizada para pagamento da dívida interna ou transformada em dólar para pagar a dívida externa. Aproveitando recursos do FAT, essa Bolsa de Aperfeiçoamento Profissional, usando R\$175 milhões, fazendo qualificação profissional de 1 milhão de jovens, vai gerar 1 milhão de empregos no primeiro ano em que for apresentada. Ou seja, oposição construtiva faz avaliação crítica do Programa, não faz comentários desairosos. Apresenta os números – aqueles que nos ouvem e nos vêem que façam as suas constatações –, faz o diagnóstico do Programa do Governo e oferece um remédio. Fui interpelado pelo Senador Ramez Tebet, que disse: “Senador José Agripino, talvez se o senhor concordasse em dividir a autoria desse projeto com o PT ou com o Governo, fosse mais fácil aprová-lo.” Eu disse na hora, Senador Geraldo Mesquita Júnior: pode tirar Bolsa de Aperfeiçoamento profissional, autor, Senador José Agripino. Riske Senador José Agripino e pode botar PT, Partido dos Trabalhadores, Governo Lula. Eu quero é que aprove. Eu quero dar uma contribuição aos jovens do meu País. Pouco importa se o projeto foi ou não uma idéia minha. Eu acho que essa é uma posição construtiva e é isso que o povo do Brasil quer.

Outra coisa: na quarta-feira à noite, entreguei, ao lado do Senador José Jorge, uma ação no Ministério Público. Senadora Heloísa Helena, a ação que nós

entregamos, Senador José Jorge, Líder da Minoria, e eu – não encontrei V. Ex^a para convidar, que convidaria com o maior prazer – foi objeto de uma discussão que tive no meu Partido sobre se as investigações em torno do simplório Vavá, irmão do Presidente Lula, deveriam ser feitas em uma Comissão do Senado, em uma CPI ou junto a quem de direito no Ministério Público. Nós discutimos, o Presidente do partido, o Líder da Minoria na Câmara, no Senado, o Líder do PFL na Câmara, sensatamente, sem soltar plumas nem fazer espuma. O que é mais eficaz e o que é mais do interesse da sociedade brasileira? Onde é que o exemplo Vavá pode ser contido? De que forma o exemplo Vavá pode ser evitado? Porque, na minha opinião, Senadora Heloísa Helena, o efeito Vavá é produto da impunidade de Waldomiro Diniz e de Buratti. Foi pelo fato de o Presidente não ter permitido a CPI do Waldomiro que surgiram não sei quantos casos e terminou no caso Vavá, tráfico de influências declarado, confesso. Ele fez tráfico de influências confessado.

As pessoas receberam a Federação dos Hospitais, que queria receber R\$580 milhões, porque estavam ao lado do irmão do Presidente da República. Está certo isso? Não houve nenhuma palavra do Presidente; o Presidente não admoesta nem o filho Fabinho, dono da Gamecorp, que vendeu 35% por R\$5 milhões à Telemar, nem admoesta o outro filho que recebeu um mundo de amiguinhos que vieram em avião da FAB e passearam em lancha da Marinha. Não admoesta ninguém. Não dá um pito em Paulo Okamoto, que diz que pagou empréstimo dele, quando ele diz que não tem empréstimo nenhum. E quem vai agora aceitar qual é a versão verdadeira? Então não tem pito nenhum. Não há reprimenda nenhuma do Presidente Lula. Então, alguém tem que dar um pito, e nós vamos dar o pito. Quando eu falo pito, é aplicar a reprimenda, admoestar. Agora, fazendo como? De forma eficaz. Discutimos, de forma elegante, de forma responsável, uma posição para produzir resultados. Discutimos trazer o Sr. Vavá para uma CPMI, mas, sendo um simplório, isso vai levar a constrangimentos pessoais, não vale a pena. Pensamos em levar à Comissão de Fiscalização e Controle. Mas o Governo tem maioria – seriam 10 votos contra 7 da Oposição –, derrotaria o requerimento, e o objetivo, que é conter a avalanche Vavá, morreria, porque perderíamos no voto.

O que então vale a pena, se queremos encontrar resultados? Queremos impedir que o efeito Buratti e o efeito Waldomiro produzam outros efeitos Vavá. O que devemos fazer? Procurar um órgão que responda institucionalmente pela defesa do interesse público. Qual é esse órgão? O Ministério Público.

E fomos lá, entregar, tranqüilamente, ao Ministério Público. E agora vamos acompanhar. Só que vamos acompanhar mesmo. Vamos cobrar providências, para que uma ação eficaz aconteça. Senão estaríamos apenas tomando uma iniciativa para dizer que tomamos e deixando que ela morresse. Não é esse o nosso objetivo. O nosso objetivo é proteger o interesse público.

Se aquilo que Vavá estava intermediando na Caixa Econômica, na Petrobras, no Palácio do Planalto, era legítimo, não precisava que ele acompanhasse ninguém, os interessados podiam ir sozinhos. Se ele foi, foi praticando o tráfico de influência. E se as pessoas aceitaram, o crime de improbidade administrativa esteve presente, então, quem cometeu um crime ou o outro tem que pagar, porque só pela via da punição se remove um mal que neste País está provocando um destroço, que é a impunidade.

Senador Eduardo Siqueira Campos, na mesma linha da oposição construtiva, se este plenário estivesse cheio, não sei qual seria a reação dos companheiros à palavra do Líder do PFL, como Partido de oposição, ao fazer um apelo diferente de muitos que já foram feitos aqui. V. Ex^a já foi testemunha de pedido de Senador por renúncia de Ministro, o que aconteceu. O normal aqui é Senador pedir renúncia de Ministro. Senadora Heloísa Helena, pedi para Roberto Rodrigues ficar – eu, que sou Líder de um partido de oposição –, porque entendo nele qualidade profissional e decência pessoal para exercer um Ministério que está em crise por incúria do Governo central, que não destina dinheiro para que o Ministro não sofra os constrangimentos nacionais e internacionais que está sofrendo, num setor que ele e a base privada que opera a exportação de carne estão proporcionando. Pedi, porque, se Roberto Rodrigues sai, quem se arrebenta são os milhares de empregados da pecuária, são os proprietários e aqueles que vivem da atividade, são as divisas decorrentes da exportação que não vão mais acontecer. E acredito no Ministro, que não tem nada de PT, Senadora Heloísa Helena, não tem nada de PT; é um Ministro que foi chamado, que não tem nada de PT, é um bom brasileiro. E fiz um apelo para que ficasse. Ameaçou sair por rusga com Palocci, porque pediu o dinheiro, e este não saiu, não teve os meios para fazer a defesa fitossanitária e deu no que deu, na crise da aftosa, 28 países bloqueando a importação da carne brasileira, a anarquia posta! E está lá Lula em Portugal, como se tivesse viajado para resolver o problema da exportação de carne na União Européia. Quando viajou, a crise estava em curso, ele foi pegar carona. Disseram a ele alguma coisa para falar lá, porque a solução da crise vai sair é daqui do Brasil, do Ministério da Agricultura, da credibilidade de Roberto Rodrigues e dos técnicos

do Ministério da Agricultura, que poderão ter ou não argumentos para resolver o problema que o Governo Lula gerou ou permitiu que acontecesse. E a presença dele lá não tem nada a ver com a crise da carne.

Senadora Heloísa Helena, quero ver se é verdade o que me disseram: que o Presidente Lula vai a Roma e que lá não será recebido nem por Berlusconi e nem pelo Papa. Terá sido a primeira vez que um Presidente da República brasileira vai a Roma sem ser recebido pelo Papa. Quero só ver se isso vai acontecer. Espero que não, porque será um demérito à sociedade brasileira.

Por último, Sr^a Presidente, queria alertar, ainda no sentido da crítica construtiva, tocando em dois assuntos: ontem apareceu morto em seu escritório, no começo da tarde, o médico legista chamado Carlos Delmonte, que atestou, que escreveu o laudo da **causa mortis** do Prefeito Celso Daniel. S. S^a, em oportunidades diversas, em entrevistas públicas, declarou que o Prefeito Celso Daniel foi torturado.

Senadora Heloísa Helena, a tortura é madrinha de crime político. Não se tortura em crime comum. Não houve pedido de resgate; não havia pedido de dinheiro para entrega de Celso Daniel. Então, se houve tortura – e a tortura foi atestada pelo Dr. Carlos Delmonte, que ontem apareceu morto no seu escritório em circunstâncias ainda não explicadas –, é um fato que a mim preocupa muito por uma razão muito simples: não é que eu tenha nenhum interesse ou nenhuma mania de perseguição, é que esse caso Celso Daniel, em Santo André, é uma espécie de resumo de tudo o que as CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos estão investigando, porque o que se supõe é que, na Prefeitura de Santo André, um esquema de coleta de dinheiro – coleta compulsória, as pessoas eram extorquidas – de empresas de lixo, supõe-se que transporte coletivo, de informática etc. davam contribuições compulsórias a um esquema do Partido dos Trabalhadores, que todo mês coletava o dinheiro, supõe-se. E vai-se definir este assunto, numa acareação na próxima semana, que o hoje secretário particular do Presidente transportava uma grande soma de dinheiro de Santo André para São Paulo. Fala-se até numa partilha de R\$ 1,2 milhão entregue a José Dirceu, então Presidente Nacional do PT. E o Toninho da Barcelona disse que o dinheiro miudinho – supõe-se esse dinheiro – era transformado em dólar e transferido para o exterior, para o Merchant Bank, para a conta Barret, e de lá retornava para aquilo que hoje chama-se de mensalão, que pode ser dinheiro para a compra de charuto, para aluguel de carro blindado, de hora de jatinho, para compra de Land Rover, para compra de obediência de partido

político, de consciência de Deputado, para um mundo de coisa que vai ter que ser esclarecido.

O fato é que o caso Santo André é começo, meio e fim com testemunhas. É o esquema de coletas numa prefeitura do PT, transporte por petistas para a Direção Nacional do PT, evasão de divisas para o exterior e depois retorno para alimentar esquemas do mimo do PT. Então, o caso Santo André tem que ser investigado porque é onde consigo enxergar uma possibilidade de ficarem claras as evidências que podem se transformar em provas.

Ontem, Senador Valdir Raupp, apareceu morto, em circunstâncias igualmente misteriosas, o Dr. Carlos Delmonte. É a sétima morte que acontece em condições misteriosas, vinculada ao assassinato de Celso Daniel.

A primeira delas, Senadora Heloísa Helena, foi do Sr. Dionísio Severo. Digo senhor porque era um cidadão. Esse camarada foi o chefe do seqüestro. Ele foi retirado da prisão com o uso de helicóptero, numa operação caríssima. Depois do seqüestro, ele foi fuzilado. Isso se chama queima de arquivo.

Em seguida, veio o Sr. Sérgio, alcunhado de “Orelha”. Quem é Sérgio Orelha? Foi o homem que abrigou, que recebeu Dionísio depois do seqüestro. Recebeu-o em casa. Foi também trucidado numa queima de arquivo. Ninguém quer que o que aconteceu com Celso Daniel seja do inteiro conhecimento da opinião pública.

Em seguida, veio o Sr. Otávio Mercier, investigador de polícia ligado ao caso. Ele tinha informações preciosas do caso de Celso Daniel. Foi assassinado em condições misteriosas.

Em seguida, o Sr. Antonio Palácio, o garçom, o último a servir a refeição, creio que no Restaurante Rubayat, em São Paulo, a Celso Daniel e a Sombra, foi também assassinado por razões... Ninguém sabe!

Depois o Sr. Paulo Henrique Brito, a única testemunha da morte do garçom, também queima de arquivo. O garçom viu alguma coisa nas relações do Sombra com Celso Daniel? Supõe-se. O Sr. Paulo Henrique Brito, a única testemunha da morte do garçom, sumiu, evaporou. Foi queima de arquivo? Supõe-se.

O último foi o Sr. Ivan Moraes, agente funerário que reconheceu o corpo. O agente funerário poderia dizer: “Não, as marcas no corpo de Celso Daniel dão demonstrações claríssimas de que o Dr. Carlos Delmonte, legista, tem inteira razão quando atesta que houve tortura” – e tortura pressupõe crime político. Ele também foi assassinado. Sumiu.

Senadora Heloísa Helena, Presidente desta sessão, não podemos ficar calados diante dessa seqüência de evidências, primeiro pelo que significa o caso

Celso Daniel, depois pela seqüência. É a sétima morte encadeada dentro de um grande mistério.

Falei com o Senador Romeu Tuma e vou envidar os esforços oficiais que eu puder para que a investigação da autópsia do corpo do Sr. Carlos Delmonte seja feita com absoluta isenção, porque, se porventura ele tiver, o que eu espero, falecido de morte natural, não haverá seguramente alguma ilação maior com os seis casos anteriores. Mas, se houver, como já foi anunciado por um veículo de comunicação, qualquer vestígio de prática de crime por envenenamento, estará composta uma cadeia de evidências, e esse caso, que é rumoroso, vai ficar muitas vezes mais rumoroso. A acareação de Gilberto Carvalho com os dois irmãos, que vai ser precedida pelo depoimento do juiz Rocha Matos, vai adquirir um caráter muito mais importante do que normalmente já o é.

Relato esse fato para dizer da minha preocupação, fazer a minha denúncia e expor a minha posição, que é a posição do PFL. Já falei que o Senador Romeu Tuma está acompanhando de perto a investigação sobre o laudo cadavérico para que possamos ter segurança do que possa ter acontecido ao legista Carlos Delmonte, que apareceu morto ontem, na cidade de São Paulo, onde morava.

O último ponto, Sr^a Presidente, é a MP nº 252, que votamos neste plenário por acordo. O Relator fez o entendimento conosco de que a novidade que o Senado ia colocar – e colocamos mediante o grande acordo feito entre Governo e Oposição – era a inclusão do Refis dos Municípios, ou seja, a evolução do parcelamento dos débitos previdenciários dos Municípios de 60 para 240 meses. Fora isso, nada mais. A matéria volta para a Câmara dos Deputados, e encontra-se um “rabinho de lagartixa” do lado de fora, que prejudica principalmente aposentados, aqueles que tinham o direito de, em ganhando causas contra a União, principalmente na Previdência, no valor de até 60 salários mínimos, hoje R\$18 mil, receberem no mesmo ano. O Governo, sub-repticiamente, manobrou e conseguiu incluir aqui no Senado, e deixamos passar batido.

Não entendo o comportamento do Senador Romero Jucá. Não entendo! Votamos uma matéria sem saber o que estávamos votando. E o fato é que a Câmara descobriu. Claro que descobriu! Votamos aqui às 22 horas, depois de um amplo debate sobre coisas boas, e só sobre coisas boas. A Câmara descobriu que tinham surrupiado o direito que já tinham os aposentados de receber no mesmo ano aquilo que a Justiça lhes assegura. E o Governo teria colocado para o ano seguinte, para ganhar um ano ou procrastinar, de forma amparada pela lei, **ad aeternum**, o pagamento dos seus débitos com pessoas pequenas.

O que quero dizer a V. Ex^a é que o meu Partido, Sr^a Presidente, bem como o seu, tenho certeza, deve ter batido o pé. E a MP do Bem, por conta dessa maldade, não foi aprovada. Que fique claro: a MP do Bem teria sido aprovada como foi aqui quando nos venderam gato por lebre. Ela teria sido aprovada, gostosamente, na Câmara. O que não podemos é aprovar MP do Mal por MP do Bem. O pessoal do PFL e dos Partidos de Oposição fez muito bem, e tenho certeza de que o Governo, se quiser manter a credibilidade que espera dos segmentos da sociedade a quem queria atender com a MP do Bem, vai renová-la de alguma forma.

Obrigado a V. Ex^a pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador José Agripino...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não. Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senadora Heloísa Helena, aproveitando o final do discurso do Senador José Agripino, eu iria fazer alguns registros.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Eu o poderia fazer aqui talvez como mero expectador, um aprendiz, alguém que se honra muito de estar ocupando o Parlamento ao mesmo tempo em que V. Ex^a, por tantas vezes Governador do seu Estado e que, dia após dia, demonstra a esta Casa, Senador José Agripino, seu equilíbrio, sua sensatez, sem falar na inteligência, na propriedade das ponderações, na tempestividade nos momentos em que V. Ex^a endurece a negociação, sempre em virtude dos reclames da sociedade. Pude acompanhar os fatos e constato que, não fora o papel do Senado, com todo o respeito à Câmara dos Deputados, não haveria PEC Paralela nem mudanças na reforma previdenciária. Não fora o papel do Senado na reforma tributária, não teria havido o acordo feito em um encontro que fizemos, para a minha alegria, em minha casa e V. Ex^a disse: “Para discutir o bem da Nação, vou com prazer”. O Governo enviou os seus representantes, e de lá nasceu um acordo homologado mais tarde no plenário. E eu diria que, da Lei de Recuperação de Empresas, antiga Lei de Falências, às PPPs (Parcerias Público-Privadas), em tudo o Senado Federal conseguiu melhorar bastante as coisas. E onde o Governo tem uma maioria mais folgada as coisas infelizmente não andam. Está lá o 1% dos Municípios. Estão lá todas as mudanças que fizemos naquela proposta de reforma tributária do

Governo, para que aquele fundo no combate das desigualdades regionais fosse modificado; em primeiro lugar, ele seria um empréstimo; depois, mostramos ao Governo a necessidade de aquele fundo ser um recurso transferido a fundo perdido e que tivesse a participação dos Municípios. Por tudo isso, Senador José Agripino, entendo até que V. Ex^a deve incomodar, sim, alguns setores do Governo. O Presidente, se for justo com a História, verá que a oposição – tema e início do pronunciamento de V. Ex^a – que fazemos é bem mais responsável, nem de longe raivosa como foi a que tivemos no período em que estivemos no Governo. Verá também que a crítica de V. Ex^a vai sempre num foco importante, sabendo identificar, inclusive como eu faço com relação ao Ministro Roberto Rodrigues. Estive com S. Ex^a, que acho uma figura extraordinária, e ouvi dele o mesmo depoimento que V. Ex^a deu. Temos uma emenda para compra de patrulhas motomecanizadas para atender aos Municípios do Tocantins, e o Ministro da Agricultura disse: “Olha, da minha parte, está tudo bem. Agora, conversem com o Palocci”. Imagine V. Ex^a: um Ministro da qualidade do Ministro Roberto Rodrigues ter que revelar a uma Bancada federal que representa um Estado... E um dos objetivos, Senador José Agripino, é o Projeto Rio Formoso, que é o maior projeto de arroz irrigado, que hoje produz soja, melancia. Pedimos um posto avançado da Embrapa para pesquisa de grãos, de novos tipos de sementes, e nada disso foi possível, não pelo desejo do Ministro da Agricultura, mas, sim, por ele nos dizer: “Olha, temos que conversar com a equipe econômica. Sugiro à Bancada que vá”. Então, fica parecendo que deixa de existir razão para haver um Ministro específico, pois ele nada pode fazer em função de o Governo estar usando, entre outras coisas, imagine V. Ex^a, a taxa que as universidades federais recebem para a inscrição dos vestibulares. Os reitores não têm autonomia para sua utilização, porque ela hoje contabiliza até para o superávit primário. Recebi esse depoimento de professores da Andes, que estão em greve. Alonguei-me um pouco, Senador José Agripino, porque V. Ex^a é sempre um estímulo para quem gosta da essência da negociação, do bom exercício parlamentar, neste aparte, neste registro que V. Ex^a merece. Certamente, o País comemora por ter em V. Ex^a o líder de um importante Partido no cenário da democracia brasileira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Siqueira Campos. Eu até havia descido da tribuna, mas fiz bem em voltar para receber a contribuição positiva de sua análise, relembando fatos pretéritos de um passado recente. Quando discutimos a Medida Provisória da Reforma da Previdência, como quando discutimos a PEC da

Reforma Tributária, como quando discutimos o projeto de lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas, como quando discutimos a Lei de Falências, como fizemos agora, que acabamos de fazer um entendimento sobre a Lei de Florestas, que ainda está por ser referendado, nós da Oposição temos tido, na hora do interesse nacional, uma atitude contributiva, propositiva, e mais do que contributiva e propositiva, temos tido uma atitude aberta para discutir as matérias com os olhos de quem quer ver a proposta de forma melhorada, porque aquilo não é para o PT, o PSDB, o PFL ou o P-SOL, aquilo é para cada cidadão brasileiro a quem nós representamos aqui.

Na democracia, os que são eleitos para exercer o governo têm a obrigação de cumprir os seus compromissos de campanha e de governar, têm a obrigação de fazer estradas, pontes, barragens, linhas elétricas, fazer acontecer a telefonia, a melhoria dos portos, a ampliação dos aeroportos. Eles têm de propiciar a geração de emprego e renda por uma legislação trabalhista, sindical e tributária correta. A Oposição, tão importante quanto o Governo, tem a obrigação de fiscalizar, cobrar, denunciar, ser muitas vezes implacável e intolerante quando em jogo está a probidade, a decência; não pode haver convivência com a improbidade, a existência de figuras que, se não roubam, deixam roubar, para que a sociedade brasileira avance.

O Brasil vai avançar na medida em que Governo e Oposição tenham esse tipo de atitude que eu procuro defender. Não sei se faço bem ou mal, mas o faço com consciência.

A palavra que procurei trazer nesta tarde de quinta-feira foi uma espécie de prestação de contas de uma semana na qual, com fatos, mostramos que a oposição que levamos a efeito pode e será implacável quando dever ser, ela pode ser duríssima quando tiver de ser, mas será contributiva na hora em que em jogo estiver o interesse nacional.

Agradeço a V. Ex^a pela recuperação da memória dos acordos feitos no passado recente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meus caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e também da Rádio Senado em ondas curtas, muito popular em meu querido Estado do Tocantins, na Amazônia Legal, eu diria que esta sessão, se não tem um quórum maior, apenas pela presença desta honrada mulher que preside os trabalhos tem razões de sobra para proporcionar uma

bela tarde de reflexão e de idéias. Temos obtido bons índices em função de tudo que está acontecendo no País, e quero crer que um dia seremos destaque não pelos escândalos, mas muito mais pelas nossas posições, por aquilo que realmente fazemos, Há aqueles que fazem, que cumprem a obrigação de representar seus Estados.

Minha cara Presidente, em sua presença estão as vozes de milhares de mulheres, de pessoas, de cidadãos brasileiros que têm esperança naquilo que Rui Barbosa preceituou para o nosso Congresso Nacional.

Venho a esta tribuna mais uma vez para expor minha posição, como cidadão e como representante de um Estado, a respeito de uma questão sobre a qual muitos até me aconselharam a não vir à tribuna para tratar dele, pois o assunto está dividindo a Nação e pode me tirar alguns votos no meu Estado, eminentemente voltado ao agronegócio. Mas já ouvi isso outras vezes, Senadora Heloísa Helena.

Eu até poderia lembrar aqui um fato que nos uniu praticamente contra todas as demais lideranças, que foi a questão dos vereadores. Hoje vejo que, se o Brasil tem oito mil vereadores a menos – cargo por que tenho profundo respeito, pois foi o primeiro que meu pai exerceu na sua vida pública –, eles estão podendo exercer com muito mais legitimidade e qualidade os seus mandatos. Percebo isso em Palmas, por exemplo, que teve seu número de vereadores reduzido de 19 para 12.

Alguns dizem que as despesas seriam reduzidas. Como seriam reduzidas aumentando-se o número de vereadores? Iam cortar o quê? Iam diminuir as condições de trabalho para os vereadores no seu papel de fiscalização?

Então, aquela tentativa de última hora do Congresso, que fez com que muitos tivessem medo de estar aqui – não estava em jogo o respeito ou o desrespeito ao vereador, mas a qualidade do trabalho desses vereadores –, aquela tentativa foi derrotada em uma luta regimental, eminentemente baseada em um regimento que muitos não se dão ao trabalho de ler, como nós fazemos. Pois a sessão caiu, e o Brasil ficou com um número de vereadores que eu entendo que, para quem está no exercício do mandato, acabou por valorizar a sua condição de trabalho.

Venho hoje falar um pouco sobre o Estatuto do Desarmamento. Em primeiro lugar, sei, e já vi pesquisas sobre isso, que há um percentual muito grande da população brasileira a favor da pena de morte em função de tudo que está acontecendo no Brasil.

Não consigo, Senadora Heloísa Helena, não consigo identificar no homem, no ser humano a ca-

pacidade de dizer “chegou o dia de você deixar a sua existência”, existência que foi dádiva, que foi entregue, segundo alguns, por Buda, por Alá. Eu sou católico e acredito na dádiva maior, na benção maior que todos nós temos, que é um ato divino, de Deus. Mas não vejo no homem, mesmo no maior dos juristas ou na mais justificada das sentenças a capacidade de definir pelo fim de uma vida. A reclusão, a pena perpétua, retirar aquele cidadão do convívio social a mim basta. Sei que aquilo não cura a dor, mas também não vejo que nenhum ser humano vá curar a dor da perda vendo outra vida sendo ceifada. Acredito que o maior castigo que podemos oferecer a um ser humano é a reclusão, desde que tenhamos um sistema penal mais justo e talvez até mais duro, com trabalhos que fizessem com que essa pessoa recuperasse um pouco dos seus valores.

Mas quanto ao Estatuto do Desarmamento, que aprovamos aqui e para o qual teremos um referendo, fico muito tranqüilo. Eu estava aqui na Casa quando da discussão sobre o parlamentarismo ou presidencialismo e vi que Tancredo Neves, Mário Covas, Ulysses Guimarães, vi que os grandes líderes deste Congresso eram parlamentaristas. Votamos o parlamentarismo e penso que fizemos bem ao delegar, ao devolver ao povo brasileiro a decisão sobre se seríamos presidencialistas ou parlamentaristas. O povo disse claramente: “Nós queremos o presidencialismo. Queremos um Presidente que seja responsável pelos seus atos”. É lógico que eles não queriam, que não estavam imaginando um Presidente que dissesse que nada sabe e que desconhece tudo. A população brasileira quis alguém como Juscelino Kubitschek, que foi duramente criticado ao retirar a Capital do Rio de Janeiro. Quem não ama a Cidade Maravilhosa? Mas quem não sabe o quanto contrariamos um pouco aquela questão do Tratado de Tordesilhas, que faz com que grande parte do território nacional seja um vazio ocupacional? Estamos ainda com a nossa vastidão de riquezas inexploradas, ainda mal aproveitadas pelo conjunto da sociedade brasileira.

Alguns dizem assim: “Ora, as riquezas brasileiras, infelizmente, ficam longe do grande centro do País, que é o Sudeste”. Penso sempre diferente, penso que não soubemos ainda ter um projeto nacional a exemplo do que fez Juscelino Kubitschek, deslocando e ocupando melhor o território nacional.

Portanto, a primeira coisa que quero saudar, depois do Estatuto do Desarmamento, é que o Congresso tenha, não digo delegado, mas deixado a palavra final sobre a questão do desarmamento com os brasileiros. Esse é o fato que comemoro em primeiro lugar, porque vamos ter o debate, vamos emitir nos-

sas opiniões, e vai vencer o pensamento majoritário da população brasileira.

Para tanto, nós, que temos a responsabilidade de representar, temos o dever de trazer as nossas posições. Não é hora de ter medo do voto, de olhar pesquisa, mas de deixar de forma muito clara a sua posição.

Eu, parlamentarista que era no momento daquela decisão, fui convencido pelos demais brasileiros, e estamos vivendo hoje sob o regime do presidencialismo.

Sobre essa questão, tenho uma concepção primeira: não consigo dissociar a figura da arma de alguma coisa intimamente ligada à violência, provocadora da morte, que só pode e deve estar nas mãos de quem tem toda uma qualificação profissional, um preparo para manuseá-la.

Vejo, inclusive, meus nobres Pares, Senadora Heloísa Helena, meus caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM, meus caros e ilustres presentes na nossa tribuna de honra, nas galerias, que muitas vezes aquele cidadão que é contratado por uma firma privada para fazer a segurança de um banco é o primeiro a falecer num assalto a banco, quando esboça uma reação, porque está ali com um 38 ou com um 45 – não tenho arma, nunca tive e não sei até qual é o tipo de armamento usado por um guarda de banco. Mas qual é a chance, Senadora Heloísa Helena, que tem um trabalhador brasileiro que vigia um banco, hoje uma das entidades mais assaltadas, qual é a chance que ele tem, estando com uma arma ali, a não ser de ser o primeiro a ser alvejado, às vezes sem tempo para reação, apenas pela sua presença? Quando esboça reação, as estatísticas são claras. E olhem que o pressuposto é o de que ele é preparado para isso.

A minha posição é muito firme com relação a isso, estou muito convicto de que estaremos dando uma contribuição para a Nação brasileira se o referendo se decidir pelo “sim”, que tem sido associado à vida. Essa é uma posição pessoal minha, alguma coisa em que acredito.

Também procuro, às vezes, separar a minha opinião pessoal. Vi isso quando, recentemente, foi eleito um Presidente da Câmara que tinha posições, até por uma questão religiosa, contrárias a certos pontos, e emiti minha opinião. Entendo o seguinte: no momento em que se preside um Poder, tem-se que separar o que quer a Nação brasileira, ouvir os seus diversos segmentos, para não tentar prevalecer uma opinião pessoalíssima com relação ao uso, às propagandas, às campanhas de divulgação, por exemplo, da camisinha. Nesse ponto específico, eu gostaria de ter uma longa reflexão, um debate com os segmentos da Igreja, mas

acredito que não podemos mais, no mundo de hoje, como Poder Público, como responsáveis pelas legislações, deixar de fazer os mais amplos esclarecimentos à sociedade brasileira, à juventude e de aprimorarmos ainda mais algo que pode ser comemorado neste País: nós temos o melhor programa de distribuição de coquetéis para os já soropositivos; temos belas campanhas de distribuição de preservativos.

Nesta hora, eu que tento manter sempre as minhas convicções religiosas, sei que, ao expressar e ao usar a tribuna do Senado, tenho que saber separar o que é uma posição pessoal daquilo que é interesse público.

Mas, quanto ao desarmamento, sinto-me confortável nas duas situações: primeiro, pelo referendo, que virá e cancelará aquilo que já fizemos, que foi o Estatuto do Desarmamento; em segundo lugar, porque as campanhas estão aí para esclarecer. Fica, às vezes, a idéia de que vamos realmente desarmar o homem de bem e deixar o bandido com as armas. É óbvio que a origem das armas utilizadas pelos criminosos foi um dia uma arma comprada de forma legal.

Há aqueles que buscam se defender com o uso de arma contra um elemento que invade a sua residência às vezes para furtar uma televisão, às vezes para furtar um carro, às vezes para levar algum dinheiro. Muitas vezes o invasor não vai nem no intuito de matar, mas de roubar, de furtar. Mas, ao se deparar com alguém armado, ali ocorre o incidente da morte. Infelizmente, o cidadão quase sempre é vítima desse processo.

Se é um direito, eu acho que o Congresso não deveria realmente ter ficado sozinho depois de ter elaborado o Estatuto do Desarmamento, sem ouvir a opinião dos demais brasileiros. E digo mais: se o referendo se decidir pelo “sim”, e nós entendermos, até para atender a outra parcela da população brasileira que pensa diferente, que temos que fazer ajustes no Estatuto do Desarmamento, nós vamos fazê-lo, nós vamos discutir o assunto.

Ouvi aqui algumas perguntas e respostas que são muito importantes: “Qual será o órgão responsável pelo registro da arma? A Polícia Federal” – e tenho certeza de que a Polícia Federal ainda é uma das instituições que mantêm o respeito da opinião pública nacional –, “no caso do uso permitido; e o Comando do Exército, no caso do uso restrito”.

Portanto, penso que os Parlamentares fizeram muito bem ao elaborarem esse item do Estatuto do Desarmamento.

Fala-se aqui sobre a diferença entre o registro e o porte de arma. O registro é o documento da arma, que deverá conter todos os dados relativos à identificação da arma e de seu proprietário. Esses dados deverão

ser cadastrados num Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal ou no Sigma, que é um sistema comandado pelo Exército.

O porte é a autorização para o proprietário andar armado. Somente poderão andar armados os responsáveis pela garantia da segurança pública, integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de inteligência e agentes de segurança privada; civis, com porte concedido pela Polícia Federal.

“Quem poderá e quem pode comprar arma de fogo? Somente maiores de 25 anos poderão comprar arma de fogo. Pesquisas sobre vítimas da sociedade brasileira revelam que um número esmagador de perpetrantes e vítimas de mortes ocorridas com o uso de armas de fogo é formado por homens e mulheres entre 17 e 24 anos”. Essa foi a razão dessa constatação para se chegar à idade mínima para se adquirir e portar arma de fogo, que foi elevada de 21 para 25 anos.

Existem aqui tratativas de como esses órgãos vão lidar com relação ao comércio ilegal e ao tráfico internacional, porque de nada adianta adotarmos essas medidas e continuarmos com o tráfico e com o comércio ilegal. Foram endurecidas determinadas penas mais específicas para condutas até então tratadas da mesma maneira, como o comércio ilegal ou o tráfico de armas, até então tipificados como contrabando e descaminho. As penas para ambos os casos é de reclusão e multa. Estão sendo adotadas outras providências de endurecimento da atual legislação.

“O que acontecerá com as armas apreendidas ou entregues pela população? Elas continuarão sendo destruídas pelo Comando do Exército”.

“E o cidadão que possuir uma arma de fogo? Como ele deverá proceder daqui para frente? Os proprietários de armas de fogo, registradas, terão três anos, a partir da publicação da regulamentação, para renovar o registro de acordo com os requisitos da nova lei. Aqueles que possuem armas, mas não têm registro, terão o prazo de 180 dias a partir da data da aprovação da lei – a Lei nº10.884 –, para regularizar a situação perante a Polícia Federal ou, então, entregá-las.

Portanto, existe aqui uma série de perguntas e respostas para quem quiser ficar com a arma de fogo. O que deverá fazer? Registrá-la. E somente poderá tê-la sob sua posse no interior de sua residência. E, aí, vêm os requisitos para a pessoa registrar uma arma de fogo. São vários e bem amplos.

Prossegue o documento explicativo sobre o Estatuto do Desarmamento e as principais dúvidas da população, como, por exemplo, os casos das pessoas que moram em locais distantes e que comprovem, realmente, ter a necessidade da posse de uma arma

dentro de sua residência, o que está previsto no Estatuto do Desarmamento.

Mas existem outros pontos – já aqui abordados muito bem, inclusive com o aparte de V. Ex^a ao Senador Paulo Paim –, um conjunto de medidas que, talvez, fossem muito mais úteis, muito mais eficazes com relação à violência no País: a miséria nas periferias das grandes cidades; a falta do primeiro emprego; a falta de oportunidade; a falta de financiamento para os estudos. Em cada 100 brasileiros, somente um chega ao fim de um curso universitário. Então, nossos números ainda são muito ruins.

Assim há toda uma base para que o Brasil venha, realmente, a diminuir drasticamente os números da violência. Não é a presença da arma, pura e simplesmente, que produz a violência ou a eliminação dela que vai determinar o fim da violência no País. Existem ações que vejo em outros países muito perto do Brasil. Como vai o Chile? O Chile vai muito bem! O Chile fortaleceu o seu sistema de ensino fundamental nas escolas públicas, em que são respeitados os horários, o acompanhamento, a frequência. O Chile conseguiu diminuir as desigualdades regionais. O Chile conseguiu diminuir a desigualdade entre as classes, os mais ricos e os mais pobres. Aqui no Brasil, 1% ou 2% detêm mais do que 50% da riqueza nacional, enquanto a grande maioria nada tem.

Senadora Heloísa Helena, sei que também essa não é uma posição muito popular entre os jovens, mas já tive oportunidade, para complementar parte da minha formação, de estudar fora do Brasil. E em grande parte dos lugares, nem beber bebida alcoólica na presença dos filhos é permitido. Agora, aqui no Brasil – e eu não vou muito longe –, em qualquer capital brasileira, depois das 22 horas, estão infestados os lugares, com venda aberta de bebida alcoólica para jovens, de 15, 16, 17 anos.

Em uma determinada oportunidade, na cidade de Palmas, nós tomamos uma medida muito drástica, determinando o fechamento de todos os estabelecimentos, principalmente nos pontos onde havia maior índice de violência, mas determinando uma rígida fiscalização, apenas no cumprimento de uma lei que já existe: não se vender bebidas alcoólicas aos menores de 18 anos. E as quedas foram brutais. Mas, no Brasil, não há acompanhamento.

Em uma ocasião, assisti a uma reportagem muito bem feita pelo Fantástico sobre Bolsa-Família e Bolsa-Escola. Detectaram que o principal elemento – já dizia aqui o nosso Professor Cristovam Buarque – de estímulo para o Bolsa-Escola era o registro da presença. Quer dizer, a criança faz jus ao Bolsa-Escola, como um complemento, como um reforço de aprendizagem,

desde que esteja com a sua presença atestada. No momento em que se pára de atestar a frequência, praticamente perde-se a essência do programa.

Aquela reportagem foi muito interessante porque um Ministro foi consultado e disse que estavam produzindo um sistema de cartão magnético. As crianças passariam o cartão pela catraca instalada na escola e, naquele momento, a central do Bolsa-Escola iria saber se a criança estava presente ou não.

Então o Fantástico foi a um Estado brasileiro – e aí poder-se-ia escolher qualquer um dos 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, pelas regiões mais periféricas –, e mostrou uma escola de palha, onde a professora ensinava com uma lousa no chão, os alunos sentados no chão por falta de carteira e a iluminação era por lamparina. O repórter voltou ao Ministro e perguntou: “Ministro, como é que nós vamos colocar lá a catraca eletrônica informatizada ou mesmo digitalizada, que fará com que o aluno tenha a sua presença atestada?”. Aí o Ministro disse que medidas seriam adotadas para que não houvesse mais escolas daquele tipo.

Mas aí há uma diferença. Os Prefeitos são os responsáveis pelas escolas do Primeiro Grau, o ensino básico; o Estado é responsável pelo ensino de Segundo Grau; e a União, pelas universidades públicas e gratuitas e pela aprovação dos cursos das universidades privadas em conjunto com os Conselhos Estaduais de Educação.

No meu Estado, a maior reclamação dos Prefeitos é que onde há escolas estaduais, nos Municípios que têm a sorte de ter uma escola de Segundo Grau, quem paga pelo transporte dos alunos é o Prefeito. E o Prefeito, que já tem a responsabilidade das escolas de Primeiro Grau, paga pelo transporte dos alunos da rede estadual, porque, senão, os alunos não vão às escolas.

Então, imaginem, os municípios que estão esvaziados, os municípios que têm como sua principal receita, pelo menos os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o FPE e o FPM, Senador Valdir Raupp, estão tendo um sócio muito ingrato – a União, que arrecada das contribuições duas vezes mais do que com os impostos. Como as contribuições não são divididas com os municípios, ficam os municípios com as responsabilidades inerentes à vida das pessoas.

E chegamos ao ponto de não ter projeto de Nação. Estive pela quarta vez visitando o Japão. Tenho uma profunda admiração pelo povo japonês, pela reconstrução que lá foi feita – não quero aqui discutir de onde veio o dinheiro e como foi feita –, pela determinação do povo. Foi-me apresentado um sistema em que, a partir do primeiro exame feito pela gestante em um hospital público, já se tem a data de nascimen-

to, já se preconiza todo atendimento pós-parto, já se designa um médico pediatra que vai acompanhar a criança, já há previsão no Centro de Ensino para uma vaga dentro de sete anos para o Primeiro Grau, para o Segundo Grau e até a vaga da universidade. Isso me parece tão simples. Nasceu uma criança, haverá toda essa demanda.

Agora, como é que fazemos aqui no Brasil, Senadora Heloísa Helena? Criamos um sistema, chamado Renavam, que controla cada veículo a partir do seu “nascimento”, ou seja, desde a revenda de automóveis e seu emplacamento. A partir daí, a vida desse carro é rastreada por um sistema integrado de computação que, se o carro for retirado da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e for abandonado em Santana do Ipanema, ou Canapi, ou Mata Grande, em cinco minutos, a polícia terá condições de, com um telefonema, localizar quem foram os proprietários, de onde veio esse carro, o número do chassi, se está adulterado; e tem mais, o carro será recolhido e, na hora de retirar do pátio do Detran, o cidadão vai pagar uma taxa.

Agora, Senador Heloísa Helena, essa criança não precisa sair de Pelotas, mas, se for deixada nas ruas de qualquer cidade brasileira, ela vai passar uma semana, dez dias, um mês, porque não existe sistema de identificação, não existe o aparelhamento do Estado, para ir lá verificar que criança é aquela, quem são os pais, de onde ela vem, por que está nas ruas. Não existe um local para ela. Existe um pátio do Detran, Senadora Heloísa Helena, mas não temos onde colocar e acolher as nossas crianças.

Então, tudo isso é que provoca o resultado que estamos discutindo aqui. Estamos discutindo revólver, arma, mas não estamos discutindo a criança, não estamos discutindo a nossa sociedade.

Fico pensando, quando passo por aqui, por Brasília – que já é uma ilha neste País, para não falar o mesmo do meu pobre Tocantins –, e digo: “Somos muito felizes por lá”.

Há mais de 45 mil crianças que integram um sistema chamado Pioneiros Mirins, no Estado do Tocantins, que tem um percentual calculado por cada Município. As crianças recebem um reforço, no período vespertino, e uma bolsa, que faz com que muitas das famílias retirem dessa verba a sua sobrevivência. Isso não existe em grande parte dos Estados brasileiros, muitos menos na Nação brasileira.

Vejo essas crianças aqui, no Distrito Federal, sentadas à beira da calçada; esperando à beira dos sinais. Se fosse um veículo ali, ele seria recolhido, e ainda não tivemos a competência de fazer um sistema semelhante para as nossas crianças.

Assim prossegue o Brasil: as pessoas não têm oportunidade onde nascem. Migram. Se migravam diretamente para Brasília, hoje muitas migram para Palmas, ficam na nossa região, a partir do momento em que pólos de desenvolvimento são criados; se não migravam para Brasília, migravam para São Paulo, para o “Sudeste maravilha”, onde o cidadão já começa a sua vida sofrendo preconceito por parte daqueles que dizem: “Existem nordestinos demais neste País!”. Essa é uma outra forma de demonstrar preconceito – isso chegou a ocorrer até com Ministros, que, depois, tiveram de pedir desculpas à Nação. Eu diria que o povo pode até perdoar, mas não esquece.

Esta reflexão que faço é para que o Brasil saiba que, além daqueles a quem tenho muito respeito, porque estão fazendo um trabalho muito competente nas CPI, nós também estamos pensando no País, em um projeto nacional; temos esperança de encontrar soluções para os nossos problemas.

Entendo que todos os Partidos têm os seus enfrentamentos com relação às ideologias. Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a inicia um Partido, e, certamente, ocorrerão muitos embates dentro do seu próprio Partido, para se fazer uma proposta para um País de tantas desigualdades. Existem diversas visões que nos separam.

Confesso a V. Ex^a que, em que pese toda a diferença conceitual, tenho, no âmbito do PSDB, a maior liberdade para debater tudo aquilo que considere como erro do Governo passado. A meu ver, temos bons quadros no nosso Partido, que merecem o respeito da opinião pública nacional até para voltarmos à Presidência da República, mas temos de prestar muita atenção nos movimentos sociais para saber que deles estão brotando outras lideranças.

Entendo que não podemos perder a capacidade de indignação, mas não podemos também deixar de perceber o que muitos jornalistas e articulistas escrevem: “Na próxima eleição, anotem: o eleitor não irá às urnas”. Não penso assim, Senadora Heloísa Helena. Espero que isso não aconteça. Espero que, ao contrário, a população brasileira vá às urnas e vá com os nomes anotados dos que renunciaram; vá lembrando do papel que cada um exerceu durante o seu mandato; daqueles que foram às tribunas; daqueles que frequentam o Legislativo de forma assídua, que procuram participar de todas as atividades.

Imagino que a benção que todos temos é, em primeiro lugar, a vida; depois, os nossos filhos; depois, a nossa profissão, o respeito profissional que temos no nosso dia-a-dia.

Quando partimos para um mandato popular, partimos para um desafio, porque V. Ex^a mesma já foi, aqui

– na falta de uma melhor argumentação –, atingida. Já tentaram atingi-la na honra, o que não conseguem, Senadora Heloísa Helena, pela sua maneira peculiar de mostrar ao Brasil que V. Ex^a não se dobra. Apesar de uma aparente fragilidade, a Nação brasileira sabe que essa fragilidade não existe, o que não lhe retira toda a crença, a fé em Deus, principalmente a solidariedade que V. Ex^a empresta a todos aqueles que precisam, num momento de dificuldade pessoal, num momento de dificuldade de família, de doença. Quando isso ocorre, não há quem não receba um telefonema de Heloísa Helena, dizendo: “Estou orando pela saúde do seu filho”. Fui merecedor dessas palavras, em uma certa oportunidade, e jamais me esquecerei.

Por isso, tenho o prazer de dizer no meu Estado: V. Ex^a é uma das mais bravas brasileiras com quem tive a honra de conviver e também das mais tenras e cristãs com quem pude compartilhar os meus dias de Senado. Os nossos mandatos, Senadora Heloísa Helena, terminam – eu o digo até para o bem da população, que tem a oportunidade de nos substituir. Eu mesmo vou terminando os meus oito anos de Senado no ano que vem, juntamente com V. Ex^a.

Tenho feito pesquisas, e V. Ex^a aparece para Presidente da República no meu Estado. Aliás, não há um debate que eu faça com os estudantes, com os médicos ou com outros segmentos da sociedade, com quem tenho debatido, em que não peçam: “Convide a Senadora para vir ao Tocantins promover um debate, vir ao Centrus”. Os alunos estão em greve nos **campi** das universidades federais; estão ansiosos não para debater a greve pura e simplesmente, mas para debater temas nacionais.

Aproveito, portanto, a oportunidade para transmitir esse convite a V. Ex^a e para dizer-lhe que, como os nossos mandatos estão no fim, diferentemente de outros Senadores, que ainda têm mais seis anos de responsabilidades a cumprir, quero que o meu povo tocantinense tenha a oportunidade de fazer uma análise do que pôde fazer um Parlamentar do mais novo Estado brasileiro.

Costumo dizer que o eleitorado do Tocantins é muito semelhante ao da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, onde nasci. Ou seja, se um dirigente decidir visitar uma cidade compacta, que tem um eleitorado expressivo, talvez ele opte por visitar a cidade onde nasci e da qual trago poucas lembranças, porque saí de lá muito novo. Mas, se alguém quiser conhecer um lugar que produz muita soja, produz muito arroz, produz muita fruta; um Estado que tem uma luminosidade extraordinária, que tem água à vontade e que considero um dos mais belos pedaços deste nosso País – que tem atrativos únicos; apenas para citar um:

o Capim Dourado, do Jalapão, que está sendo fonte de sobrevivência para milhares de pessoas que estavam lá, isoladas, e que, hoje, está levando para lá um fluxo de turistas do Brasil inteiro e até do exterior –, vai optar por Tocantins.

Orgulho-me muito do Tocantins, que represento, e eu quis deixar hoje, aqui, nesta tarde, em primeiro lugar, as minhas escusas se estou decepcionando alguns dos meus Pares. O meu estado tem muitas fazendas, tem muitos produtores rurais; é um estado do agronegócio, mas, neste momento, temos de pensar na Nação inteira. Portanto, no dia 23, darei o meu voto “sim”, acreditando na vida, contra a arma, esperando e crendo que, qualquer aprimoramento, teremos de inserir no Estatuto do Desarmamento.

Espero ter decepcionado uma minoria e quero crer que a maioria venha a dar a este País uma resposta positiva ao fim da comercialização das armas de fogo, para que possamos comemorar, dentro de um ano, não apenas as frias estatísticas, mas um passo a mais no sentido da paz, sem esquecermos de todos os demais que aqui foram citados, para que este Brasil seja, um dia, melhor.

Agradeço a benevolência de V. Ex^a, que nem sequer tempo marcou; a paciência do Senador Valdir Raupp e dos demais brasileiros que me escutaram nesta tarde.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço as palavras generosas de V. Ex^a, Senador Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp pelo tempo que S. Ex^a entender necessário para fazer o seu pronunciamento.

Há sempre um perigo quando estou na Presidência, Senador Valdir Raupp, mas nunca por causa do tempo. V. Ex^a terá todo o tempo necessário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, V. Ex^a é muito generosa, Senadora Heloísa Helena, e, por isso, está crescendo nas pesquisas. Assim como o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos falava do Estado do Tocantins, fiz uma pesquisa recentemente no meu Estado, e V. Ex^a já aparece com 5% de aprovação no Estado de Rondônia.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Pelo amor de Deus, não tire nenhum dos meus votos, que são pouquinhos!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a já está pontuando em todos os estados brasileiros.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para discutir um tema que nos tem preocupado bastante. Ouvi atentamente o Senador Eduardo Siqueira Campos falar do seu Estado, das potencialidades do Estado do Tocantins. Eu sou do Norte, do Estado de Rondônia, e não é diferente por lá. Rondônia é um Estado rico, um Estado de terras boas, habitado, na sua grande maioria, por imigrantes de outros Estados brasileiros, assim como o Estado do Tocantins.

Lá, há apenas 23% de florestas derrubadas para a colonização de grãos – feijão, arroz, milho, soja, mandioca –, de outros produtos e também para a pecuária de gado e leite.

É claro que Rondônia não ficará nesses 23%. Existem alguns estados mais desmatados, outros menos habitados, como os Estados do Amazonas, do Pará e, em grande parte, do Acre, mas há aqueles como Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Maranhão – este o único Estado brasileiro que pertence a duas Regiões, Norte e Nordeste – que possuem pouca área desmatada.

Apesar de meu estado ter, ainda, pouca área desmatada, já começo a me preocupar com o meio ambiente. E olhem que não sou ambientalista de carteirinha. Posso defender o meio ambiente, mas sou, ao mesmo tempo, desenvolvimentista. Penso que deve haver um equilíbrio entre a natureza, o meio ambiente e a produção, o desenvolvimento. Isso está acontecendo no norte do País. Em outras regiões, não, pois houve muita derrubada de árvores, como é o caso do Nordeste, que hoje já sofre as conseqüências.

Ultimamente, tenho lido e acompanhado o que tem sido escrito por cientistas. A revista **Veja** desta semana traz uma matéria com dados alarmantes sobre o aquecimento global. Dá para se observar e sentir, nitidamente, que esse aquecimento mundial tem provocado, recentemente, fenômenos da natureza até então inesperados, como os furacões, cuja frequência tem aumentado nos Estados Unidos e em outros países. Acredito que o aquecimento global das águas dos oceanos tem contribuído, e muito, para esses desequilíbrios naturais.

Por isso, neste momento, faço um pronunciamento a respeito do aquecimento global.

O processo de aquecimento global do planeta o efeito estufa resultante do bloqueio da radiação de calor efetuado pelos gases, impedindo a sua volta para o espaço e aquecendo a superfície terrestre, tem como conseqüência as mudanças climáticas e a previsão de aumento de temperatura média global da Terra em até 4,5°C nos próximos 100 anos. Repito: além do aumento

que ocorreu até agora, poderá haver um acréscimo de 4,5°C nos próximos 100 anos, o que seria insuportável para os países e alguns Estados brasileiros onde a temperatura já alcança 40°C ou 42°C.

Embora a maioria dos gases do efeito estufa seja também produzida pela natureza, o acréscimo derivado da atividade industrial conduz (ou conduziu) ao desequilíbrio da natural sustentabilidade. A natureza produz gases de efeito estufa, mas nela existem, também, processos que os absorvem. O conjunto é sustentável quando a velocidade na produção dos gases é menor do que a velocidade com que a natureza age para compensar os danos decorrentes da sua permanência prolongada na atmosfera.

O dióxido de carbono (CO₂), em especial, tem efeitos danosos para o meio ambiente, principalmente devido à velocidade crescente com que vem sendo produzido para atender às necessidades do modelo consumista da vida atual. A concentração de CO₂ vem crescendo à taxa de 0,4% ao ano. Estima-se que as atividades humanas lancem 5,5 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera atualmente.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a mudança do clima e as suas causas são problemas que vêm sendo estudados de maneira significativa há mais de duas décadas. Chefes de Estado de quase todos os países, preocupados com as alterações no clima do nosso planeta, reuniram-se no Rio de Janeiro em 1992. A Convenção Internacional para a Melhoria do Clima, realizada durante a Eco 92, definiu que o problema é global, mas com responsabilidades diferenciadas nos países.

A Terceira Conferência dos Países que ratificaram a Convenção Internacional do Clima, realizada em Kyoto, no Japão, em dezembro de 1997, procurou encontrar um mecanismo que conduzisse à retomada da sustentabilidade, tendo em vista os diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontram os vários países. Foram atribuídas responsabilidades específicas e diferenciadas pelo efeito estufa, levando-se em conta que os países industrializados são os que mais produzem gases de efeito estufa, enquanto que os países em processo de desenvolvimento econômico apresentam uma quantidade maior de sumidouros naturais e emitem uma quantidade proporcional bem menor desses gases.

Assim, foram consideradas duas vertentes: a primeira seria orientada para a redução da emissão dos gases de efeito estufa; a segunda seria o reforço da atuação da natureza por meio da neutralização natu-

ral dessas emissões em sumidouros naturais, como as florestas, por exemplo.

Esse mecanismo visa estimular a participação de todos no esforço global da melhoria do clima, substanciado em um compromisso dos países industrializados em reduzir a emissão líquida dos gases de efeito estufa, quer por meio da redução de emissões brutas, quer pelo aumento dos sumidouros.

Na Conferência de Kyoto, foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo MDL. Com ele, os países considerados ricos podem, por meio de compensações financeiras aos países em desenvolvimento, contabilizar créditos nos casos em que suas emissões de gases excedam as cotas preestabelecidas.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esses recursos seriam destinados a investimentos em projetos de reflorestamento, por exemplo, que contribuem para reduzir a presença de carbono na atmosfera. Embora as florestas primárias não estejam incluídas nos projetos do MDL – o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo –, só a Floresta Amazônica, segundo dados do Inpe, retira da atmosfera cerca de 6kg de carbono por hectare, por dia. Generalizando esse número para toda a Amazônia, isso significa que a floresta brasileira está seqüestrando 850 milhões de toneladas de carbono por ano. As reduções de emissões poderiam ser vendidas para outros países, visando baixar os custos da implantação de tecnologias não poluentes. Os países compradores poderiam utilizar os certificados de redução de emissão para cumprir os seus compromissos.

A floresta Amazônica, como foi dito, não recebe um centavo sequer, porque, segundo o Protocolo de Kyoto, as florestas maduras, antigas, não têm direito de receber recursos compensatórios pelo seqüestro de carbono. Fico imaginando se isso não foi um erro e até já ouvi que querem rever o Protocolo, pois a única forma de se manter a floresta na Amazônia seja a brasileira, a boliviana, a peruana, a colombiana, a venezuelana ou a equatoriana – seria uma compensação por meio do Protocolo de Kyoto. Os proprietários e as reservas indígenas passam por dificuldades terríveis. Exploram tudo o que podem, mas com muita dificuldade.

Agora mesmo, em Rondônia, está ocorrendo uma situação muito séria e difícil, envolvendo o minério, o diamante. Na reserva Roosevelt, dos cinto-larga, que abrange vários Estados e Municípios de Rondônia e Mato Grosso. Foi a única forma que eles encontraram de extrair alguns diamantes para sobreviverem, porque a situação é muito difícil. Já venderam a madeira. São pouquíssimas as reservas indígenas em Rondônia, e

acredito que no País, que têm ainda madeira de lei, porque os madeireiros, pela dificuldade que o Ibama impõe ao emitir guias florestais para exploração de madeira, acabam tirando madeira das reservas indígenas, às vezes clandestinamente. Claro que não vou generalizar, mas muitos, clandestinamente, acabam tirando madeira das florestas indígenas, dos parques nacionais e mesmo das propriedades privadas, sem falar nas derrubadas, no corte raso que muitos fazendeiros promovem – não vou aqui discriminar ou incriminar os fazendeiros do meu Estado ou do Brasil, porque é uma maneira de sobrevivência. Mas o Ibama, muitas vezes, não consegue fiscalizar.

Vejo que, se houvesse uma compensação, nobre Senador Heráclito Fortes, para se manter as florestas em pé na Amazônia, tanto de parte dos proprietários particulares, quanto do Governo, as reservas indígenas, os parques nacionais, as reservas biológicas, as reservas extrativistas poderiam ser compensadas com recursos desses certificados do Protocolo de Kyoto. No entanto, não pensaram nisso, não colocaram como compensação recursos obtidos mediante preservação dessas florestas.

Em Kyoto, portanto, foi estabelecido um critério econômico para estimular a necessária cooperação global do conjunto dos países. É possível, porém, que a natureza do problema seja diferente da natureza da solução proposta, que tem uma abordagem essencialmente econômica. O planeta é de natureza ambiental predominantemente. A solução proposta é inadequada para tornar factíveis as recomendações do Protocolo de Kyoto, pois não cria uma consciência global de que é necessário diminuir a emissão de gases de efeito estufa a níveis compatíveis com a capacidade da natureza de absorvê-los.

Sob a ótica financeira adotada pelos países industrializados, trocar os compromissos ambientais por títulos financeiros será fatalmente vantajoso para os mais ricos, que poderão, por exemplo, obter vantagens por meio de venda de tecnologia usada nesse processo. Para cumprir os seus compromissos, os 32 países mais industrializados listados no Anexo I do Protocolo de Kyoto, grandes poluidores poderiam pagar ao invés de reduzir as suas emissões e, assim, lançar mão do argumento de que estariam contribuindo da mesma forma para a redução global das emissões. O MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), sob essa ótica econômica, pode estimular, por outro lado, os países muito pobres a ganhar recursos financeiros sem esforço, vendendo as suas florestas como sumidouros, isto é, como se fossem seus bens particulares,

recursos que, na realidade, são da natureza do planeta e patrimônio comum da humanidade. Esse foi o pensamento daqueles que elaboraram o Protocolo de Kyoto, Sr^{as} e Srs. Senadores. Acredito ainda que essa revisão poderá contemplar ou compensar as florestas maduras, a exemplo das florestas amazônicas.

A preocupação com os mecanismos que permitirão a compra e a venda de Certificados de Emissões de Carbono nas bolsas de valores vem crescendo, esperando-se a comercialização internacional de créditos de emissão de carbono, que terá uma demanda prevista de US\$20 bilhões anuais.

O que nos interessa, entretanto, são os mecanismos de desenvolvimento limpo, que possibilitarão recursos financeiros para projetos em países em desenvolvimento para uma efetiva redução de emissões de carbono. Esse é o caso do nosso querido Brasil.

É preciso não perder de vista que o esforço de expansão econômica do Brasil de forma sustentável deve reforçar o perfil ambientalmente saudável da matriz energética brasileira, incluir novos e mais eficientes processos industriais, substituir combustíveis poluentes e usar biocombustíveis renováveis ou biomassa vegetal, bem como as outras fontes de energia limpa, como a solar, hidreletricidade ou eólica, ao lado de um amplo programa de revegetação de áreas historicamente degradadas.

O Brasil, que teve papel importante na definição e negociação da proposta do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, deve-se engajar nas determinações do Protocolo de Kyoto, objetivando a melhoria do clima do planeta e não como uma mesquinha tentativa de “tomar uns trocados” dos países industrializados.

Na esfera das relações econômicas, as variáveis quantitativas habitualmente são utilizadas para espelhar a *performance* de produtos e serviços. Os problemas ambientais, no entanto, são infinitamente mais complexos. Portanto, tentar equacioná-los sob um viés quantitativo significa desprezar a abordagem qualitativa exigida pela sua natureza. Uma nova abordagem de avaliação, que melhor se presta à análise estratégica, deve considerar fatores diversos, inclusive culturais, que interagem intensamente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já concluindo, segundo José Chacon, Presidente do Crea/RJ, por que não desenvolver critérios e procedimentos para a elaboração de um balanço cultural, tendo como referência a metodologia já conhecida do balanço ambiental? Somente por intermédio de uma sustentabilidade como referencial ético seria possível congregarmos esforços de

povos com diferentes bases culturais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A abordagem economicista do problema do aquecimento climático preocupa-se excessivamente, por exemplo, com o fim das reservas de petróleo e justifica, assim, a busca de tecnologias alternativas para substituí-lo. Mas por que não considerar a hipótese de que o petróleo não esteja no limite da exaustão de suas reservas e que o aumento insustentável da poluição e o aquecimento global poderão atingir níveis tão elevados quando nos aproximarmos do fim das reservas que o mundo correrá o risco de chegar ao fim antes de queimarmos o último grama de combustível fóssil?

A revista **Veja** desta semana, a que já me referi aqui no início do meu pronunciamento, trouxe dados, números alarmantes sobre o aquecimento global.

Vejo que o Brasil, neste momento, inicia um programa muito interessante, a produção de biodiesel que, com certeza, futuramente, substituirá a matriz, pelo menos a queima de óleo diesel nas térmicas do Norte do Brasil, e por que não dizer em crises até no Sul, no Sudeste e no Nordeste brasileiro com a substituição, pela baixa dos reservatórios das nossas hidrelétricas, das nossas barragens, muitas vezes queimando ainda óleo diesel, como muitos países de todo o mundo estão fazendo ultimamente.

Vejo que o Brasil, com o potencial que tem, com a imensidão de terras produtivas, poderá não só substituir parte do óleo diesel queimado no País, mas também no mundo. Poderemos nos tornar, no futuro, um grande exportador de biodiesel, assim como o álcool, que hoje está sendo comprado pelo Japão e por outros países, para ser misturado na gasolina, que é também uma espécie de combustível biológico, porque sai da natureza, da cana-de-açúcar, que poderemos substituir também pelo biodiesel.

Essa é a visão holística de que estaremos contribuindo quando aprofundarmos a utilização do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em todo esse sistema.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era o que tinha para o momento.

Muito obrigado pela generosidade do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a terá todo o tempo que julgar necessário para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RR) – Já concluí, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Obrigada a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pelo tempo que julgar necessário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que registro a minha presença em Cruz das Almas, na Bahia, na última terça-feira, quando participei de uma audiência pública, dando prosseguimento ao processo que relato sobre o acordo da Convenção-Quadro, que diz respeito exatamente a um tema que afeta muito o Estado de V. Ex^a. Lá tive a oportunidade de encontrar-me com alagoanos da região de Arapiraca, que demonstraram interesse em que, naquela cidade, se realizasse mais uma audiência pública, tendo eu lhes comunicado que V. Ex^a já havia procurado a relatoria para tratar do assunto.

Sobre a Convenção-Quadro, Senador Valdir Raupp, quero dizer que esses encontros e essas audiências públicas têm gerado para todos nós, principalmente para o Senado Federal, um saldo positivo, porque saímos da frieza dos gabinetes de Brasília e vamos discutir temas dessa natureza e dessa importância com as populações envolvidas no fato.

Mais de três mil pessoas nos aguardavam naquela cidade, que tem a sua economia baseada no plantio do fumo, mais especificamente na fabricação de charutos. Pudemos ouvir a opinião não só dos que defendem, mas também dos que combatem a comercialização e, principalmente – é bom que eu deixe bem claro –, o uso do tabaco em nosso território.

Nesse sentido, o meu pensamento é o mesmo de V. Ex^a, Sr^a Presidente. Não somos tabagistas, não defendemos o consumo do cigarro, que deve ser combatido. Nisso, aliás, o Brasil foi pioneiro, com legislação a esse respeito. Faço aqui justiça ao então Ministro José Serra, que assumiu de maneira muito corajosa uma campanha de combate ao consumo de cigarro no Brasil, chegando a impor que, nas carteiras de cigarro, fossem colocadas cenas, algumas delas chocantes, sobre as consequências do uso do tabaco.

Para nossa surpresa, Senadora Heloísa Helena, uma das primeiras medidas provisórias do atual Governo visava permitir que as corridas de automóvel, as famosas corridas de Fórmula 1 no Brasil, fossem financiadas pelos cigarros, coisa que já estava proibida. O tempo passa, e não entendemos o mistério, o porquê de, àquela época, tanto poder ter sido usado para fazer valer aquela medida provisória. Aí apare-

ce o nome do Sr. Delúbio, o nome das empresas de publicidade. Anos depois, a “ficha cai” na cabeça de cada um de nós.

Na realidade, o que está faltando nessa questão é um pouco de clareza por parte do Governo, é a discussão de maneira clara e lógica, sem necessidade de se tentar passar para a população a idéia de que, de um lado, está somente o bem e que, de outro lado, está somente o mal.

Senadora Heloísa Helena, no que diz respeito a uma decisão imediata sobre a matéria, há a dificuldade de acreditar de maneira firme nas promessas que, em alguns momentos da discussão, o Governo faz, qual seja a de subsidiar a substituição da lavoura por outras culturas alternativas, porque essa não tem sido a prática no Brasil.

É muito arriscado, é muito perigoso para o Congresso Nacional, para o Senado da República, dar o seu aval a um tratado que, como de antemão se sabe, corre grande risco de não ser cumprido. Ao se colocar a discussão do bem contra o mal, é-nos retirada a possibilidade de criar alternativas, com regras de transição, com preparação de gerações, porque, nessa área, há gerações e gerações que viveram exclusivamente dessa monocultura.

Temos um prazo, Senadora Heloísa Helena. E veja como as coisas acontecem: o Presidente diz que tem urucubaca no Governo dele. Estou convencido de que realmente tem urucubaca e de que Sua Excelência precisa ir atrás de uma mãe-de-santo ou de uma benzedeira, seja o que for. Mas o Presidente Lula não pode colocar a urucubaca nas costas da Oposição. A urucubaca é criada dentro do próprio Governo.

V. Ex^a imagine o caso de ontem do legista que investigou o caso do Sr. Celso Daniel. Não venha colocar na contabilidade da Oposição! Nem a Oposição, responsável hoje que é, diferente daquela comandada pelo Partido do Governo da República, já estaria aí acusando o Governo e dando o nome dos possíveis assassinos! Não, não estamos fazendo isso, mas é preciso que haja todo o cuidado com relação a esse caso, porque é a sétima vítima que morre de maneira, no mínimo, estranha. É preciso que se veja isso com muito cuidado, até porque o médico legista estava convocado a participar de uma oitiva no Senado da República.

Aí vem outra urucubaca: a aftosa. Não vamos botar a aftosa na contabilidade da Oposição! Será que a Oposição teve a competência de segurar a liberação dos recursos de que o Ministério da Agricul-

tura necessitava para tomar as medidas preventivas necessárias?

Senadora Heloísa Helena, há um ano e meio, fiz pronunciamentos desta tribuna alertando para essa questão da política da aftosa, inclusive com relação ao Estado do Piauí. Lá se tomaram algumas providências – foi feita uma vacinação –, mas a questão é nacional.

Aí vem o crime do contingenciamento do Orçamento, que tanto o Governo combatia anteriormente e que hoje comete em doses cavalares. Não se justifica que recursos prioritários sejam guardados em caixa para fazer média com o FMI. Ora, R\$70 milhões para um programa de combate à aftosa já é muito pouco, e liberar apenas R\$13 milhões é querer viver com o risco, com o perigo. Isso não se justifica de maneira alguma.

E aí quero fazer justiça, Senadora Heloísa Helena, ao Ministro da Agricultura. Conheço-o muito pouco. Já vi o Sr. Roberto Rodrigues pessoalmente duas ou três vezes em audiências no Senado, prestando depoimento. Mas, nessa questão, S. Ex^a reclamou, alertou por meio da imprensa, usou dos mecanismos possíveis para alertar o Governo de que era preciso dotar o seu Ministério de recursos mínimos para que se fizesse esse tipo de prevenção. Mas o Governo agora usa essa prática.

Citarei alguns exemplos envolvendo agências de desenvolvimento, as agências reguladoras, a Agência Nacional de Petróleo e a Agência Nacional de Energia Elétrica. Por exemplo, a Anatel, de telefonia, teve seus recursos contingenciados e, há um mês, chegou a suspender o **call center**, que é aquele serviço gratuito, de utilidade pública, no qual a população – de maneira gratuita, repito – tem acesso a algumas informações. Foi preciso que isso ocorresse para que o Governo liberasse uma pequena parcela. Veja nesse caso o absurdo! Essas agências são auto-suficientes, arrecadam R\$2 bilhões, R\$3 bilhões por ano. E, no orçamento feito pelo Governo, apenas R\$300 milhões são destinados ao seu funcionamento. Aí, começa o erro. Desses R\$300 milhões, os recursos são contingenciados, sendo liberados apenas R\$10 milhões, R\$15 milhões ou R\$20 milhões de cada vez. Assim, as agências não podem funcionar, não podem colocar fiscais nas ruas nem fazerem a máquina fiscalizadora de cobrança atuar. Se isso fosse feito de maneira correta e no tempo certo, a arrecadação de R\$3 bilhões poderia ir para R\$4 bilhões, R\$5 bilhões e, em alguns casos, até dobrar.

Não entendo essa sofreguidão que o Governo do PT hoje adquiriu, de fazer média com o FMI. O dinheiro é arrecadado, é da agência, e fica contingenciado, Senadora Heloísa Helena. As agências não têm sequer condições de colocar fiscalização nas ruas.

Algo parecido ocorre com a febre aftosa.

O Brasil é hoje o maior exportador de carne bovina do mundo. Essa questão tem de ser encarada como prioritária no Brasil, e o mesmo deve ser feito em relação à gripe do frango. Já há sinais isolados na Bolívia. Nós temos um volume de exportação de frango hoje para o mundo inteiro muito grande e, se não houver um cinturão de proteção firme, vamos pagar um preço alto por isso. Poucos dos países que concorrem com o Brasil na exportação desses produtos importam-se com os prejuízos que nossa Nação vem a sofrer. Querem é acabar com a concorrência. A primeira providência é impedir de maneira imediata a importação; a segunda é alastrar o alarme aos países que têm influência, para fazer com que ocorra o mesmo tipo de procedimento.

Poderemos ter dificuldade com relação à nossa produção. E esse é um trabalho a que o atual Governo deu continuidade, mas é mérito de vários governos. Nos últimos dez, doze anos, tivemos uma recuperação, principalmente moral, no que diz respeito à qualidade do produto bovino exportado que fez com que o mundo inteiro, que antes tinha restrições ao Brasil, se curvasse. E não podemos jogar fora todo o trabalho que foi desenvolvido.

É compreensível que os países distantes não vejam, na dimensão continental do Brasil, que o que ocorreu em determinado Município do Mato Grosso seja apenas um foco localizado. Ou não se interessam ou não querem se interessar em saber que isso é um foco localizado e tomam uma medida abrangente. Admitamos até que tenham as suas razões, mas cabe ao Governo brasileiro agir de maneira transparente – e o Ministro, quero ser justo, tem feito isso – e, acima de tudo, eficaz. No entanto, isso não se faz com saliva. É preciso que os recursos estejam liberados no Ministério para a utilização de mecanismos ágeis e suficientes para a tomada de providências.

Estou rezando para que a crise tenha surgido exatamente por alguns animais contrabandeados de país vizinho. É a primeira versão que chega. O pior seria a possibilidade de termos usado no Brasil vacinas vencidas ou vacinas sem qualidade suficiente para atender ao problema. Já houve tempo, Senadora Heloísa

Helena, em que se desviaram recursos de vacina de maneira criminosa.

Em meu estado, em determinado momento da sua história, acreditou-se que vacinação era besteira, era bobagem, e não se aplicou a vacinação; ou, quando se fez, não foi de maneira correta. O Piauí pagou um preço muito alto durante grande tempo por não poder exportar animais para nenhum ponto do Brasil e muito menos para o exterior.

Esse foi o grande trabalho que o Ministério da Agricultura fez, uma grande conquista. Refiro-me à recuperação. Focos de origem duvidosa foram isolados, mas o Brasil, como um todo, passou a ser incluído internacionalmente como um país sem nenhum risco nessa questão.

Dessa forma, o Senado da República tem, num momento como este, de procurar juntar os seus esforços aos esforços do Ministro da Agricultura para encontrar uma solução o mais urgente possível.

Senadora Heloísa Helena, antes do meu pronunciamento, estava aqui falando o Senador Valdir Raupp, com as famosas histórias envolvendo os tratados internacionais. S. Ex^a falou muito bem do tratado da emissão do carbono, em que o Brasil tem crédito. Os créditos não são compensados. Vivemos de fazer os tratados, mas os tratados ficam apenas guardados nos seus locais próprios, que são os organismos internacionais.

É preciso mais cuidado com a efetivação e com o cumprimento de acordos dessa natureza. Daí por que a nossa preocupação com relação à convenção-quadro em que países produtores e exportadores de fumo no mundo inteiro estão fazendo um esforço para a diminuição não só do consumo, como também, em alguns casos, até da produção do tabaco. É o caso do Brasil. Em um país com a dimensão do nosso, é preciso que sejam dadas, principalmente ao produtor, ao que vive do seu plantio, de maneira mais clara, condições e alternativas. Não se trata simplesmente de assinar um tratado, sem saber o que será, depois, daquele que durante toda a sua vida educou filho, criou sua família, e que corre o risco de ficar sem alternativas.

Não há no texto nenhum dispositivo de eliminação imediata do plantio, mas V. Ex^a sabe, exatamente, que é apenas o começo. E não podemos dar o aval de um fato concreto, que é o emprego, num país de desempregados, por questões filosóficas e abstratas.

O Governo foi muito tímido também nessa questão, Senadora Heloísa Helena. Sou o Relator e nunca fui procurado pelo Ministro da Saúde. O Ministério da

Saúde, cujo representante foi exatamente o signatário que se manifestou nesse tratado, não procurou a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar do assunto. O Ministério da Previdência Social é onde se registra o número de pessoas doentes em razão do consumo de fumo – geralmente o contencioso vai para o Ministério da Previdência Social. Não fomos procurados. O Ministério das Relações Exteriores também não, Senadora Heloísa Helena.

E aí o Governo quer do Congresso Nacional uma decisão, que não foi discutida no tempo hábil e de maneira clara. Para ser justo, quero dizer que, ao longo desse tempo, temos conversado com vários funcionários de alguns escalões do Governo – todos muito bem-intencionados, todos cheios de propostas –, e o Governo lhes dá a missão, mas não fornece instrumentos para negociarem de maneira concreta essa matéria.

Faço este registro porque o prazo esgota-se no dia 7 de novembro. Esse projeto está tramitando e, Senadora Heloísa Helena, por dever de justiça, quero dizer aqui que não recebi nenhuma pressão, nem de multinacional, nem do Governo, nem dos companheiros. Tenho recebido a pressão individual, entre os que combatem o plantio e o consumo do fumo no Brasil, do Senador Tião Viana, que é o único que tem procurado discutir essa questão. Fora S. Ex^a, ninguém mais a discute. Faço esse registro, para que amanhã não se diga que o Governo tomou uma posição, que o Governo se manifestou dessa ou daquela maneira. Não. Trata-se de posição isolada. Digo isso, para que tudo fique muito claro – gosto de tudo às claras – e para que amanhã não se diga que não houve tempo de falar. Dos que combatem o consumo do tabaco no Brasil, só o Senador Tião Viana me procurou.

Sr^a Presidente, tenho sido procurado por várias Bancadas, como a do Rio Grande do Sul; a de Alagoas, à qual pertence V. Ex^a; a da Bahia; a de Sergipe; a de Santa Catarina; a do Paraná. Na grande maioria dos casos, são pessoas que se opõem ao consumo do tabaco, mas que são sensíveis às questões sociais que uma medida repentina poderá acarretar, afetando aquelas regiões.

Quero fazer este registro e agradecer a tolerância de V. Ex^a por me ouvir.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Compartilho dessas preocupações.

Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar a sessão, porém, gostaria de deixar um registro. Como o Senador Eduardo Siqueira

ra Campos tratou da questão do referendo, milhares, centenas de *e-mails* começam a chegar aqui questionando a posição do P-SOL em relação ao referendo sobre a comercialização de armas.

Informo que o P-SOL não fechou e não fechará questão sobre o referendo da comercialização de armas, respeita as decisões tanto para o “não” como para o “sim” dos seus militantes, dirigentes, simpatizantes e parlamentares. O P-SOL repudia os demagogos, cínicos e corruptos, estejam eles defendendo o “sim” ou defendendo o “não”, do mesmo jeito que o P-SOL respeita a decisão de mulheres e homens de bem e de paz que, por razões distintas, votam “não” ou votam “sim” no referendo sobre as armas.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Sr. Senador Leonel Pavan e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar a matéria intitulada “Fundo denuncia tentativa de desvio do PT”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição do dia 27 de setembro do corrente.

A matéria destaca a denúncia de Darci Rocha, conselheiro da Refer (fundo de pensão dos ferroviários), feita na reunião da SPC (Secretaria de Previdência Complementar) na semana passada. Segundo o conselheiro, “houve uma tentativa de desvio de R\$19 milhões da Refer para financiamento das campanhas do PT. A distribuição seria feita de maneira que R\$10 milhões iriam para a campanha de reeleição da Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo, R\$5 milhões para a campanha do deputado Jorge Bittar a Prefeito do Rio de Janeiro e R\$4 milhões seriam para o deputado federal Carlos Santana”.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que a matéria acima citada seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/FUNDOS DE PENSÃO

Darci Rocha, conselheiro da Refer, acusa petistas de tentar desviar R\$ 19 milhões da entidade para campanhas eleitorais no Rio e em SP

Fundo denuncia tentativa de desvio do PT

ELVIRA LOBATO

DA SUCURSAL DO RIO

Darci Rocha, conselheiro da Refer (fundo de pensão dos ferroviários), denunciou uma tentativa de desvio de R\$ 19 milhões da entidade para financiar campanhas petistas. A acusação foi feita em reunião, na semana passada, com o secretário-adjunto da SPC (Secretaria de Previdência Complementar) Leonardo Paixão.

Segundo o conselheiro, R\$ 10 milhões seriam destinados à campanha para reeleição de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo; R\$ 5 milhões iriam para a campanha do deputado Jorge Bittar a prefeito do Rio de Janeiro e os R\$ 4 milhões restantes seriam destinados a candidatos aliados do deputado federal Carlos Santana (PT-RJ), sem especificar quais.

Darci Rocha disse que o suposto esquema foi barrado pelo ex-presidente da Refer e ex-deputado federal Jorge Moura (de 1975 a 1983, pelo PMDB), que deixou o comando da instituição em maio último. Diretores e os membros do Conselho Deliberativo da Refer estavam, na reunião, além de assessores da SPC.

Leonardo Paixão confirmou ter ouvido a acusação do conselheiro, mas a qualificou como "vaga". "Foi uma acusação genérica. Que soube disso, que soube daquilo. Pedi para que formalizasse, mas ele não o fez", disse o secretário-adjunto. Segundo ele, a SPC é precária em quadros e não pode ocupar pessoal com denúncias vagas.

Ontem, o ex-presidente da Refer Jorge Moura procurou a Polícia Federal, no Rio, e acrescentou, ao depoimento que havia prestado no dia 19, dados sobre a intervenção feita pelo conselheiro.

Com patrimônio de R\$ 2,5 bilhões e 40 mil associados, a Refer

vive uma guerra interna, aguçada com a eleição para escolha de dois conselheiros. No centro da crise está o deputado federal Carlos Santana (PT-RJ), cuja mulher, Tânia Ferreira, é diretora de Segurança da fundação. Dez por cento dos eleitores votaram nulo. Dois candidatos derrotados contestaram o resultado na Justiça e pediram a recontagem dos votos.

A presidente do conselho, Cristina Mont'Mor, aliada do deputado, empossou os eleitos, antes que a discussão se esgotasse na Justiça. O presidente do fundo de pensão, Waldemar Pires, afastou a presidente e a também conselheira Sônia Botelho, além de exonerar a mulher do deputado. A reunião na SPC, segundo Leonardo Paixão, foi uma tentativa de solucionar a crise.

"Circuito das Águas"

Engenheiro aposentado da Rede Ferroviária Federal, Darci Rocha repetiu, em entrevista por telefone à Folha, a acusação que fez na reunião da SPC. Segundo ele, o deputado e mais sete pessoas ligadas a ele reuniram-se em fevereiro e março do ano passado com o intuito de terceirizar a carteira de investimentos de renda fixa da Refer, de R\$ 1,7 bilhão.

O esquema, segundo o conselheiro, foi batizado de "Circuito das Águas", em referência ao envolvimento de um corretor de nome Haroldo Almeida Rego, o Haroldo Pororoca. No suposto esquema também fariam parte o ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno e o deputado Carlos Santana, acusou Rocha.

O conselheiro disse que soube da intenção da terceirização e da pretensa arrecadação dos R\$ 19 milhões pela conselheira Sônia Botelho (a qual nega o fato). Em abril de 2004 a proposta de terceirização

foi barrada pelo Comitê de Investimento, por iniciativa do então presidente da Rede, Moura.

A mesma acusação vem sendo feita por Jorge Moura, que dirigiu a Refer de junho de 2003 a maio de 2004, por indicação de Sereno. Em entrevista à Folha, em julho último, Moura disse que executi-

vôs de bancos privados tentaram interferir na administração dos investimentos da Refer e apresentavam-se como enviados de Sereno. Disse que foi procurado por representantes dos bancos Rural, BMG, Pactual e Banco Santos e que vetou a terceirização por não ser permitida pelo estatuto.

Santana e Bittar negam acusações de conselheiro

DA SUCURSAL DO RIO

Os deputados Carlos Santana e Jorge Bittar, ambos do PT do Rio, contestaram a acusação feita pelo conselheiro da Refer em reunião na Secretaria de Previdência Complementar, na semana passada. A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy limitou-se a declarar, por meio de sua assessoria, que "não tem a menor idéia do que se trata".

Santana disse desconhecer quem seja Haroldo Pororoca e que não fez parte da campanha de Bittar a prefeito do Rio. Segundo ele, sua mulher, Tânia Ferreira, diretora de segurança do fundo, é assistente social, não tem ingerência em assuntos financeiros, e foi indicada pelo movimento sindical.

Santana disse que está processando judicialmente o ex-presidente da Refer Jorge Moura e que fará o mesmo com o conselheiro que o acusou.

Jorge Bittar qualificou a acusação de "mentira deslavada", disse que a terceirização da gestão de investimentos não significa nenhum problema, a menos que a aplicação seja feita a taxas inferiores às praticadas pelo mercado.

A presidente afastada do Conselho Deliberativo da Refer, Cristina Mont'Mor, disse que não ouviu o conselheiro Darci Rocha fazer a acusação sobre o suposto esquema "Circuito das Águas", embora tenha participado da reunião. Questionada se ausentou-se da sala, disse que algumas vezes.

A conselheira afastada Sônia Botelho qualificou as acusações de levianas e de fantasia do conselheiro Darci Rocha. Disse que só tomou conhecimento da existência do corretor Haroldo Pororoca por jornais.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “TCU encontra fundo de mais de R\$2 bi retido pela Fazenda”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 12 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, uma tomada de contas, encerrada na semana passada, pelo Tribunal de Contas da União acusa o Ministério da Fazenda de reter, desde 2003, recursos que deveriam ser repassados a estados e municípios como parte dos fundos de participação a que eles têm direito.

Os recursos podem passar de R\$2 bilhões, na forma de um sistema de parcelamento especial de débitos criado em 2003.

Senhor Presidente, considero ser este assunto bastante sério e por esse motivo solicito para esta matéria conste dos Anais do Senado Federal, e seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Estado de São Paulo

Publicado em: 12/10/2005

TCU encontra fundo de mais de R\$ 2 bi retido pela Fazenda

Lisandra Paraguassú

Uma tomada de contas encerrada na semana passada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) acusa o Ministério da Fazenda de reter, desde 2003, recursos que deveriam ser repassados a Estados e municípios como parte dos fundos de participação a que têm direito. Os recursos, que foram arrecadados em um sistema de parcelamento especial de débitos, o Paes, podem passar de R\$ 2 bilhões.

O Paes foi criado em maio de 2003 e deu a empresas a oportunidade de parcelar em até 180 meses dívidas com o governo federal, incluindo débitos com o Imposto de Renda (IR), IPI, Cofins e Contribuição sobre Lucro Líquido das empresas (CSLL). Parte do IR e do IPI devem ser repassados para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Exatamente 22% do arrecadado para cada um dos fundos.

Desde julho de 2003, quando as empresas que aderiram ao programa começaram a pagar seus débitos, até hoje, a conta em que a Receita Federal depositou a arrecadação já alcança, de acordo com o TCU, R\$ 6,1 bilhões. A parte devida a Estados e municípios pode chegar, de acordo com estimativas iniciais, a quase metade desse valor. Mas até hoje nem um centavo foi repassado. Em média, a arrecadação total com o Paes é de R\$ 2,5 bilhões por ano.

"Estão fazendo superávit primário com o dinheiro de Estados e municípios", reclamou o deputado Júlio César (PFL-PI), que pediu ao TCU e ao Ministério da Fazenda mais informações sobre os repasses. "O dinheiro está parado na conta e os municípios, endividados."

O problema é que o governo federal até hoje não fez a definição de quanto do arrecadado vem de qual tributo. O cálculo precisa ser feito para que, a cada mês, os governos estaduais e as prefeituras recebam sua parte. A resposta da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional ao TCU foi a mesma: ainda não houve tempo para que a classificação das receitas fosse concluída, mas não haverá prejuízo porque logo que seja terminado os recursos serão passados retroativamente. O Estado procurou o Ministério da Fazenda com as perguntas sobre a falta de repasses, mas até o início da noite não houve resposta.

O TCU considerou o tempo "excessivamente demorado" para que essa classificação seja concluída, até porque um sistema semelhante já foi feito antes, quando da criação do Refis, o primeiro programa de refinanciamento de débitos. "Em que pesem eventuais limitações de ordem técnica, não me parece razoável a postergação da transferência de receitas constitucionais, ainda mais quando tais perduram desde 2003", avaliou o ministro do TCU Benjamin Zymler, relator do processo.

O Tribunal de Contas da União deu ao 60 dias para que o governo federal termine o sistema de classificação das receitas. Se nesse prazo a Receita e o Tesouro não conseguirem definir quanto de cada um dos tributos está naquela conta, terão de começar a fazer uma divisão e o repasse com base em estimativas, e isso ainda este ano.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 32 minutos.)

(OS Nº 16992/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 11 DE OUTUBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero hoje fazer a leitura de um importante manifesto sobre a crise política e social do Brasil. Mas, antes, devo registrar que pela manhã o Presidente da Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais, Hugo Guedes de Souza, e diretores da entidade, juntamente com a Diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, fizeram a entrega da proposta técnica sobre a Consulta Pública nº 31 ao Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dr. Dirceu Raposo de Mello.

É muito importante destacar que a Anfarmag lançou paralelamente o Sistema Nacional de Aperfeiçoamento Magistral, projeto elaborado em conjunto com órgãos oficiais do setor e profissionais acadêmicos, o que garantirá mais segurança sanitária para produtos e serviços farmacêuticos magistrais. O projeto conta com a parceria do Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas, responsável pela metodologia do sistema e treinamento em gestão corporativa.

Merece aplauso o esforço coordenado pela Anfarmag de oferecer uma proposta técnica à Anvisa, desenvolvida em conjunto com órgãos oficiais e profissionais do meio acadêmico, a qual permitirá a perfeita atuação da farmácia e profissionais do segmento magistral, em perfeito atendimento às necessidades e exigências que permeiam o setor.

É importante apoiar esse processo de formação do novo regulamento técnico sobre boas práticas de manipulação de medicamentos para uso humano em farmácias, impedindo que ilegalidades, arbitrariedades e principalmente injustiças sejam cometidas em face de tão importante segmento para a saúde do Brasil, como o das farmácias de manipulação.

A regulamentação do setor é bem-vinda e deverá beneficiar a grande e esmagadora maioria de

estabelecimentos existentes no País. O que não se pode admitir, sob qualquer argumento, é a proibição de funcionamento de tais farmácias.

A Anvisa, desde a publicação no Diário Oficial da União do dia 18 de abril passado da Consulta Pública nº 31, com o propósito de criar novo regulamento destinado a substituir a RDC 33/2000 para as farmácias de manipulação, enfrenta resistências para levar adiante o processo de consulta. Nesse contexto, agradeço ao Dr. Victor Hugo Costa Travassos da Rosa, Diretor da Anvisa, que acolheu nossa solicitação em conceder uma prorrogação de 30 dias para que o setor das farmácias magistrais concluísse sua proposta técnica.

Ninguém questiona a autoridade da Anvisa para exercer a fiscalização tanto das farmácias de manipulação quanto dos grandes laboratórios da indústria farmacêutica. A regulamentação não pode ser traduzida num jogo de soma zero. Continuamos, é claro, procurando exercer um papel mediador que possa, com toda a isenção, assegurar ao setor de farmácias magistrais uma regulamentação em absoluta consonância com o ordenamento jurídico nacional. Estamos convencidos de que a Anvisa, por intermédio de seu Presidente, Dr. Dirceu Raposo de Mello e de seu Diretor, Dr. Victor Hugo, serão sensíveis à proposta que a Anfarmag hoje apresentou, na presença de vários Parlamentares.

Sr. Presidente, outro assunto.

A sociedade indignada sinaliza para o comportamento que devemos adotar no Congresso Nacional relativamente à crise política e social que estamos vivendo.

Hoje trago a esta tribuna um apelo que vem de Minas Gerais, do Grande Oriente de Minas Gerais, documento que passo a ler:

A maçonaria como é geralmente definida, é uma instituição iniciática, progressista, benéfica, educativa e filosófica, que tem por objetivo o aperfeiçoamento moral, espiritual, social e cultural do homem.

Constituída de homens livres e de bons costumes, representativos de todos os segmentos sociais, unidos num ideal comum, tem uma história de lutas e glórias em todos os países em que se acha instalada. É regida por leis próprias, fortalecida e cimentada por princípios previamente estabelecidos.

As grandes transformações sociais do mundo, desde o séc. XVII, contaram com a participação maçônica.

Quanto ao Brasil, vencidas as barreiras do silêncio, está plenamente reconhecida a

participação dos maçons nos grandes acontecimentos da nossa História.

Nessas transformações, colaboraram grandes Maçons, empenhados na elaboração e fixação da política nacional.

Atualmente, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas estaduais, nas Câmaras Municipais, nos Poderes Executivo e Judiciário, nos Estados e Municípios, está a maçonaria representada por muitos de seus membros, participando ativamente da vida pública, trabalhando, discretamente, a serviço do bem comum e da sociedade, em consonância com os preceitos defendidos por nossa Ordem.

As grandes transformações sociais operadas em Minas Gerais vêm contando com a participação e o apoio da maçonaria mineira. Nessas transformações, participam grandes maçons, empenhados na elaboração e fixação do progresso em nosso Estado, na política, na administração pública e particular, no comércio, na indústria, nas artes e ciências em geral.

Numa decisão, eminentemente maçônica, as três obediências mineiras firmaram, em 2002, o Pacto de União da Maçonaria Mineira, para, juntas, e num esforço comum, de mãos dadas, trabalhos mais eficazmente para a realização de seus objetivos maçônicos e sociais.

Sem prejuízo dos seus princípios básicos, a Maçonaria, como instituição humana, não poderia nem poderá ficar indiferente à ação política e social, atuando, porém, dentro dos seus padrões éticos, consubstanciados na própria essência sociológica da política, para manter as grandes conquistas sociais da humanidade.

Contra a crise política que estamos vivendo, diariamente divulgada pelos órgãos de comunicação, com repercussões desastrosas, pondo à mostra o maior sistema de corrupção já instalado no País, ferindo de morte a ética e a moral, já se erguem as vozes indignadas das nossas Lojas e Irmãos.

A corrupção nasce das fragilidades institucionais e da ineficiência da gestão administrativa do País nos três Poderes e nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Elas nascem da ausência de uma série de medidas legislativas, necessárias à implantação de programas de modernização administrativa da máquina pública e social.

A reforma não deve ser apenas política e nem apenas ética. Deverá ter um sólido embasamento moral, doutrinário, idealístico, como formação de caráter, patriotismo, sentimento de dever e humanidade. Tudo isto contém os princípios e preceitos maçônicos a que devem recorrer os nossos Deputados na elaboração das leis.

Impõe-se, pois, uma tomada de posição do Grande Oriente de Minas Gerais, membro da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB, ante tal aberração e escândalo. Todas as pessoas de bons costumes, maçons ou não, estão estarrecidas e perplexas. Quanto mais se mexe e remexe no lamaçal dos escândalos públicos e políticos, mais emergem os detritos da corrupção e imoralidade de congressistas, lobistas, administradores de empresas e intermediários de negócios escusos, envolvendo ex-secretárias, ex-mulheres, secretários e tesoureiros de partidos políticos, além de denúncias e delações premiadas e caluniosas de criminosos.

Doações, destinações não comprovadas, propinas, mesadas ou mensalões, desvios de parcelas, remessas de dinheiro para o exterior, aquisições de propriedades com recursos desviados de sua destinação, tudo isso, vem sendo praticado, como se fosse normal.

Tudo isso constitui, um rosário de crimes, de abusos, de práticas ilegais e imorais, cometidos, ora à luz do dia, ora no recôndito dos gabinetes, sob o pálio de um cargo público, político ou particular, à sombra de altos dignatários da República.

Que fazer para que não ocorra a desmoralização total da atividade pública e política?

O descaramento com que se praticam tais falcatriuas leva-nos a terríveis reflexões. Assusta-nos o quanto tem sido fácil o exercício da corrupção administrativa e política. Em tais situações, nem disfarces há; opera-se, abertamente, como se percebe claramente em depoimentos de alguns notórios corruptos e corruptores. Fica à mostra toda uma máquina viciosa, conivente, que tem permitido o mau uso e manuseio do dinheiro público.

Corrupção é o desvio de normas, de leis e dos padrões de moralidade aceitos pela sociedade. É a progressiva desintegração do homem, mediante a ação de fatores internos e externos. Temos a corrupção moral, que é a depravação progressiva dos costumes. O corrupto e o corruptor não têm escrúpulos mo-

rais, nem respeito aos direitos alheios. Tudo vale para realizar seus desejos insaciáveis. Já a corrupção administrativa e política é o aproveitamento sistemático do cargo público para a satisfação de interesses pessoais, comumente de natureza pecuniária.

Assim, o poder invisível, com a sua mão gatuna, vai apropriando-se das verbas públicas e fazendo a fortuna de maus políticos, de maus administradores, de maus empreiteiros, de maus congressistas, secretários e tesoureiros.

Os depoimentos dos mentores e participantes de tais distribuições de dinheiro se, por um lado, não surpreendem, porque já conhecidos por seu passado, por outro lado, quanto a outros até então tidos e havidos por honestos, nos deixam chocados e decepcionados. O pior de tudo são as indagações: serão punidos, seus bens ilegalmente adquiridos serão confiscados, seus depósitos em bancos serão bloqueados, seus investimentos nos chamados paraísos fiscais serão descobertos e revelados, originários da rapinagem?

Exige-se, pois, então, ação enérgica dos órgãos públicos, dos partidos políticos, do Congresso Nacional, da polícia e da Justiça. Que sejam extirpados da vida pública aqueles que lhes maculam a imagem, que lhes arranhem a credibilidade, que agridem a Nação pela apropriação de recursos que deveriam ser utilizados para o bem público.

Punir exemplarmente os culpados é exigência pela qual clama a consciência nacional.

O Grande Oriente de Minas Gerais também ergue sua voz de protesto e indignação contra a calamidade pública que assola o nosso País. Cumpre-nos despertar nos cidadãos o valor da ética social. Não nos deixemos dominar pelo comodismo, pelo desânimo, pela desesperança. Orgulhem-nos de ser corretos e envergonhem-nos da prática de ações condenáveis. Não sejamos cúmplices do suborno e do tráfico de influências ou de qualquer procedimento indigno.

Preservemos, a todo custo, o sistema de moralidade que nos incute a Ordem Maçônica.

Este é o pensamento do Grande Oriente de Minas Gerais, suas Lojas e seus obreiros, unidos em uma cruzada moral pela restauração da lisura, da probidade e da correção na vida pública e social, para que nossa Pátria emergja limpa e pura do lodaçal em que a estão lançando e possa viver a verdadeira democracia.

Fechemos esta página com o Padre Antonio Vieira: "Miserável não é a República onde há delitos, senão onde falta a punição deles."

Recebam, nobres Senadores e Deputados, o mais caloroso e fraternal reconhecimento e a expressão da nossa estima e gratidão.

Fraternalmente, Milton Ferreira Lopes, Grão-Mestre."

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, tivemos oportunidade, eu, V. Ex^a e outros maçons Senadores, de no dia 20 de agosto homenagear a Maçonaria brasileira. Aqui estiveram presentes o Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, os Grão-Mestres estaduais do Grande Oriente do Brasil, das Grandes Lojas e dos Grandes Orientes Independentes. Essa manifestação do Grande Oriente Estadual de Minas Gerais, que vem junto com vários Grão-Mestres de vários Estados, é muito importante, é um marco histórico. E espero que os maçons de todos os Municípios brasileiros passem por uma fase pró-ativa de fiscalização, de denúncia, de combate mesmo à corrupção, porque tivemos papel histórico na vida do País e este é o momento em que a história nos conclama a participar de maneira pró-ativa de uma verdadeira faxina nacional. E a Maçonaria tem um papel preponderante. Cumprimento-o, portanto, pela oportunidade da leitura do Manifesto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero, para concluir, dizer que este é um documento histórico, que registramos nos Anais do Senado Federal pela sua importância. É um grito que vem de Minas Gerais, mas que ecoa em todo o País pela moralização da atividade pública. É um apelo que se faz ao Congresso Nacional para que se investiguem com eficiência e que se punam exemplarmente os supostamente envolvidos num sistema sofisticado e complexo de corrupção, que, lamentavelmente, provoca essa grande indignação nacional.

Este manifesto é o reflexo dessa revolta contida no seio da Nação. E nós esperamos que seja a sinalização adequada para que possamos adotar um comportamento irrepreensível neste momento crucial para o futuro do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GRANDE ORIENTE DE MINAS GERAIS

(Filiado à Confederação Maçônica do Brasil – COMAB)

Entidade de Utilidade Pública Municipal (Decreto nº 8.336, de 14/06/96)

Entidade de Utilidade Pública Estadual (Lei nº 11.356, de 14/07/96)

Utilidade Pública Federal (Decreto de 10/11/93)

www.gomg.org.br - gomg@gomg.org.br

MANIFESTO DO GRANDE ORIENTE DE MINAS GERAIS EM REPÚDIO À ATUAL CRISE POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL.

A Maçonaria, como é geralmente definida, é uma Instituição iniciática, progressista, beneficente, liberal, educativa e filosófica, que tem por objetivo o aperfeiçoamento moral, espiritual, social e cultural do homem.

Constituída de homens livres e de bons costumes, representativos de todos os segmentos sociais, unidos num ideal comum, tem uma história de lutas e glórias em todos os países em que se acha instalada. É regida por leis próprias, fortalecida e cimentada por princípios previamente estabelecidos.

As grandes transformações sociais do mundo, desde o século XVII, contaram com a participação maçônica.

Quanto ao Brasil, vencidas as barreiras do silêncio, está plenamente reconhecida a participação dos Maçons nos grandes acontecimentos da nossa História.

Nessas transformações, colaboraram grandes Maçons, empenhados na elaboração e fixação da política nacional.

Atualmente, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas Estaduais, nas Câmaras Municipais, nos Poderes Executivo e Judiciário, nos Estados e Municípios, está a Maçonaria representada por muitos de seus membros, participando ativamente da vida pública, trabalhando, discretamente, a serviço do bem comum e da sociedade, em consonância com os preceitos defendidos por nossa Ordem.

As grandes transformações sociais operadas em nosso Estado vêm contando com a participação e apoio da Maçonaria Mineira. Nessas transformações participam grandes maçons, empenhados na elaboração e fixação do progresso em nosso Estado, na política, na administração pública e particular, no comércio, na indústria, nas artes e ciências em geral.

Numa decisão, eminentemente maçônica, as três Obediências mineiras firmaram, em 2002, o Pacto de União da Maçonaria Mineira, para, juntas e num esforço comum, de mãos dadas, trabalharem mais eficazmente para a realização de seus objetivos maçônicos e sociais.

Sem prejuízo dos seus princípios básicos, a Maçonaria, como instituição humana, não poderia nem poderá ficar indiferente à ação política e social, atuando, porém, dentro de seus padrões éticos, consubstanciados na própria essência sociológica da política, para manter as grandes conquistas sociais da humanidade.

Contra a crise política que estamos vivendo, diariamente divulgada pelos órgãos de comunicação, com repercussões desastrosas, pondo à mostra o maior sistema de corrupção já instalado no país, ferindo de morte a ética e a moral, já se erguem às vozes indignadas das nossas Lojas e Irmãos.

A corrupção nasce das fragilidades institucionais e da ineficiência da gestão administrativa do país nos três poderes e nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Elas nascem da ausência de uma série de medidas legislativas, necessárias à implantação de programas de modernização administrativas da máquina pública e social.

A reforma não deve ser apenas política nem apenas ética. Deverá ter um sólido embasamento moral, doutrinário, idealístico, como formação de caráter, patriotismo, sentimento de dever e humanidade. Tudo isso contém os princípios e preceitos maçônicos, a que devem recorrer os nossos deputados maçons na elaboração das leis.

Impõe-se, pois, uma tomada de posição do **Grande Oriente de Minas Gerais**, membro da Confederação Maçônica do Brasil – COMAB, ante tal aberração e escândalo. Todas as pessoas de bons costumes, maçons ou não, estão estarecidas e perplexas. Quanto mais se mexe e remexe no lamaçal dos escândalos públicos e políticos, mais emergem os detritos da corrupção e imoralidade de congressistas, lobistas, administradores de empresas e intermediários de negócios escusos, envolvendo ex-secretárias, ex-mulheres, secretários e tesoureiros de partidos políticos, além de denúncias e delações premiadas e caluniosas de criminosos.

Doações, destinações não comprovadas, propinas, mesadas, ou mensalões, desvios de parcelas, remessas de dinheiro para o exterior, aquisições de propriedades com recursos desviados de sua destinação, tudo isso vem sendo praticado como se fosse normal.

Tudo isso constitui um rosário de crimes, de abusos, de práticas ilegais e imorais, cometidos, ora à luz do dia, ora no recôndito dos gabinetes, sob o pálio de um cargo público, político ou particular, a sombra de altos dignitários da República.

Que fazer para que não ocorra a desmoralização total da atividade pública e política?

O descaramento com que se praticam tais falcatuas leva-nos a terríveis reflexões. Assusta-nos o quanto tem sido fácil o exercício da corrupção administrativa e política. Em tais situações, nem disfarces há: opera-se abertamente, como se percebe claramente em depoimentos de alguns notórios corruptos e corruptores. Fica à mostra toda uma máquina viciosa, conivente, que tem permitido o mau uso e manuseio do dinheiro público.

Corrupção é o desvio de normas, de leis e dos padrões de moralidade aceitos pela sociedade. É a progressiva desintegração do homem, mediante a ação de fatores internos e externos. Temos a corrupção moral, que é a depravação progressiva dos costumes. O corrupto e o corruptor não têm

escrúpulos morais nem respeito aos direitos alheios. Tudo vale para realizar seus desejos insaciáveis. Já a corrupção administrativa e política é o aproveitamento sistemático do cargo público para a satisfação de interesses pessoais, comumente de natureza pecuniária.

Assim, o poder invisível, com sua mão gatuna, vai apropriando-se das verbas públicas e fazendo a fortuna de maus políticos, de maus administradores, de maus empreiteiros, de maus congressistas, secretários e tesoureiros.

Os depoimentos dos mentores e participantes de tais distribuições de dinheiro, se, por um lado, não surpreendem, porque já conhecidos por seu passado, por outro lado, quanto a outros até então tidos e havidos por honestos, nos deixam chocados e decepcionados. O pior de tudo são as indagações: serão punidos, seus bens ilegalmente adquiridos serão confiscados, seus depósitos em bancos serão bloqueados, seus investimentos nos chamados paraísos fiscais serão descobertos e revelados, originários da rapinagem?

Exige-se, pois, ação enérgica dos órgãos públicos, dos partidos políticos, do Congresso Nacional, da Polícia e da Justiça. Que sejam extirpados da vida pública aqueles que lhe maculam a imagem, que lhes arranham a credibilidade, que agredem a Nação pela apropriação de recursos que deveriam ser utilizados para o bem público.

Punir exemplarmente os culpados é exigência pela qual clama a consciência nacional.

O Grande Oriente de Minas Gerais também ergue sua voz de protesto e indignação contra a calamidade pública que assola o nosso país.

Cumpre-nos despertar nos cidadãos o valor da ética social. Não nos deixemos dominar pelo comodismo, pelo desânimo, pela desesperança. Orgulhem-nos de ser corretos e envergonhem-nos da prática de ações condenáveis. Não sejamos cúmplices do suborno e do tráfico de influências ou de qualquer procedimento indigno.

Preservemos, a todo o custo, o sistema de moralidade que nos incute a Ordem Maçônica.

Este é o pensamento do **Grande Oriente de Minas Gerais**, suas Lojas e seus obreiros, unidos numa cruzada moral pela restauração da lisura, da probidade e da correção na vida pública e social, para que nossa Pátria emerga limpa e pura do lodaçal em que a estão lançando e possa viver a verdadeira democracia.

Fechemos esta página com o Padre Antônio Vieira: "Miserável não é a República onde há delitos, senão onde falta a punição deles".

Recebam, nobres Senadores e Deputados, o mais caloroso e fraternal reconhecimento e a expressão da nossa estima e gratidão.

Fraternalmente;


Milton Ferreira Lopes
Grão-Mestre

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*)Replicação da Emenda nº 019.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 261, DE 2005**, ADOTADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2005, E PUBLICADA NO MESMOS DIA, MÊS E ANO, QUE “**ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE E DE ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO, NO VALOR DE R\$ 2.133.400.000,00 (DOIS BILHÕES, CENTO E TRINTA E TRÊS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**”:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado ANIVALDO VALE	001, 002 e 003
Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO	004, 005, 006 e 007
Deputado PEDRO NOVAIS	008
Deputado RAFAEL GUERRA	009 e 010
Deputado RICARDO BARROS	011
Deputada ROSE DE FREITAS	012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019(*) , 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029 e 030
Deputado WILSON SANTIAGO	031 e 032

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 032

(*)Replicada por falta da assinatura da autora.

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 261
00019**MEDIDAS PROVISÓRIAS
NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP nº 261 - 2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Saúde - 36000

Unidade : Fundo Nacional de Saúde - 36901

Funcional Programática: 10.301.1214.8581.XXXX

Ação: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Aquisição de Unidade Móvel de Saúde - São Gabriel da Palha - ES

GND: 3 ; MA: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Saúde - 36000

Unidade : Fundo Nacional de Saúde - 36901

Funcional Programática: 10.845.1335.0819.0030

Ação: Auxílio a família na condição de pobreza extrema, com crianças de idade entre 0 e 6 anos para a melhoria das condições de saúde e combate as carências nutricionais (Lei nº 10.836, de 2004)(crédito extraordinário) - na Região Sudeste

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda feita na MP nº 261 tem como objetivo adquirir uma Unidade Móvel de Saúde para o município de São Gabriel da Palha, situada no Estado do Espírito Santo.

O referido município não dispõe de um hospital completo para atender a sua população, necessitando, assim, de um meio de transporte para remover a sua população para outro município próximo que possui toda a infra-estrutura para um atendimento completo, como por exemplo oncologia ao paciente. Por isso a presente emenda é importante, uma vez que essa aquisição da unidade móvel irá possibilitar que o transporte de seus habitantes com segurança e conforto. O acatamento desta emenda é muito importante para o município que tem carências reais e possui uma população de 27.000 habitantes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEP. ROSE DE FREITAS

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

06/10/2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

EXTRATO DE ATA DA 9ª REUNIÃO DE 2005

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, segunda-feira, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, realizou-se a 9ª Reunião (Ordinária) de 2005 do Conselho de Comunicação Social, sob a presidência do Sr. ARNALDO NISKIER, destinada à: **ITEM I:** Relatório do Conselheiro Paulo Tonet sobre “atribuição de classificação indicativa a programas jornalísticos ao vivo” - Ofício nº 078/2004, do Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, José Eduardo Elias Romão; **ITEM II:** Relatório do Conselheiro Paulo Tonet sobre a PEC nº 55, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, que “dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação social”; **ITEM III:** Relatório do Conselheiro Gilberto Leifert sobre “Retransmissoras das televisões institucionais da União” (Decreto Federal nº 5.371, de 17.2.2005) - Ofício da Presidência da ABTU, de 10.3.2005; **ITEM IV:** Nota Técnica 07/2005, expedida em conjunto pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sobre a “ABUSIVIDADE E ILEGALIDADE DA COBRANÇA POR PONTO ADICIONAL DE TV A CABO.”; **ITEM V:** Realização de audiência pública sobre o tema: “A ÉTICA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO” com os seguintes **expositores:** 1 – MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO – Ministro do Supremo Tribunal Federal; 2 – DENIS LERRER ROSENFELD – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 3 – CARLOS CHAGAS – Jornalista. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, GILBERTO CARLOS LEIFERT, PAULO RICARDO TONET CAMARGO, FERNANDO BITTENCOURT, EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO, GERALDO PEREIRA DOS SANTOS, ARNALDO NISKIER e ROBERTO WAGNER MONTEIRO; e o conselheiro suplente: CELSO AUGUSTO SCHRÖDER.

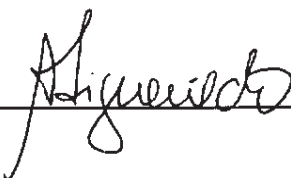
A reunião teve início às dez horas e trinta minutos. Foi aprovada a Ata Circunstanciada da 8ª Reunião de 2005. Por solicitação do Conselheiro Celso Schröder, foi feita a inversão da Pauta, começando com o Item II. O Conselho aprovou, por unanimidade, o Relatório do Conselheiro Paulo Tonet sobre a PEC nº 55, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, a ser enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador RENAN CALHEIROS, solicitando o envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Passando-se ao Item III, também por unanimidade, foi aprovado o Relatório do Conselheiro Gilberto Leifert sobre “Retransmissoras das televisões institucionais da União” (Decreto Federal nº 5.371, de 17.2.2005) - Ofício da Presidência da ABTU, de 10.3.2005, a ser encaminhado ao Presidente do

Congresso Nacional, ao Ministro das Comunicações e ao Presidente da ABTU. Em seguida, ao tratar do Item IV da pauta, o Colegiado decidiu encaminhar a Nota Técnica 07/2005, expedida em conjunto pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sobre a “abusividade e ilegalidade da cobrança por ponto adicional de tv a cabo” para a Comissão de TV por Assinatura, tendo como Relator o Conselheiro Gilberto Leifert, e que a matéria será apreciada na próxima reunião do Colegiado, marcada para o dia 7 de novembro próximo. Quanto ao item I da Pauta, com relatoria do Conselheiro Paulo Tonet, sobre “atribuição de classificação indicativa a programas jornalísticos ao vivo”, o relatório não foi votado, e será objeto de análise posterior.

A reunião foi suspensa às doze horas e vinte e seis minutos e reaberta às quatorze horas e trinta minutos com a realização de audiência pública sobre o tema: “A ÉTICA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO” com os seguintes expositores: 1 – MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO – Ministro do Supremo Tribunal Federal e 2 – DENIS LERRER ROSENFELD – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O convidado Carlos Chagas não compareceu por motivo justificado.

Para constar, lavrei o presente EXTRATO, com as devidas listas de presença, para ser publicado no Diário do Senado Federal, que vai assinado por mim, MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ (matrícula 104155), Secretária do CCS.

Brasília, 10 de outubro de 2005



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 94 PÁGINAS